



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração

VANESSA SILVA DE CARVALHO

**CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS:
Um novo modelo de ações coletivas no Agronegócio**

Brasília – DF
2018

VANESSA SILVA DE CARVALHO

**CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS:
Um novo modelo de ações coletivas no Agronegócio**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Mestre,
Amanda Cristina Gaban Filippi

Brasília – DF
2018

Carvalho, Vanessa Silva.

Condomínios de Armazéns Rurais: Um novo modelo de ações coletivas no agronegócio / Vanessa Silva de Carvalho. – Brasília, 2018.

81 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2018.

Orientadora: Mestre Amanda Cristina Gaban Filippi, Departamento de Administração.

1. Ações coletivas.
2. Agronegócio.
3. Armazenamento.
4. Condomínios de armazéns.
5. Revisão Sistemática.

VANESSA SILVA DE CARVALHO

**CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS:
Um novo modelo de ações coletivas no Agronegócio**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da
aluna

VANESSA SILVA DE CARVALHO

Mestre, Amanda Cristina Gaban Filippi
Professora-Orientadora

Doutora, Patrícia Guarnieri dos Santos
Professora-Examinadora

Mestre, Olinda Maria Gomes Lesses
Professora-Examinadora

Brasília, 6 de julho de 2018

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Célia, minha avó Raimunda, minha tia Elis e meu pai Veronaldo por sempre me incentivarem a dar o meu melhor e por sempre acreditarem e torcerem por mim.

A minha orientadora Profa. M.^a Amanda Filippi, pela orientação, conhecimento, oportunidades, paciência e confiança. Muito obrigada por tudo.

A Prof. Dr.^a Patrícia Guarnieri pelas oportunidades e ensinamento durante o período da graduação.

Ao Grupo de Estudos e pesquisa Avançadas em Logística e Supply Chain Management (GEALOGS) que me trouxe importantes ensinamentos e um grande amadurecimento na área da Logística.

À Universidade de Brasília pela oportunidade de estudo e pesquisa.

Aos entrevistados da EMATER pela disponibilização e troca de conhecimentos.

A todos os meus amigos e amigas que estiveram presentes em algum momento de minha vida e que contribuíram com meu amadurecimento e aprendizado acadêmico, em especial a Aline Souza, Eduardo Bogosian, Iandra A. Nunes, Maciel Neri e Mateus Henrique N. Dutra.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”. (Madre Teresa de Calcutá)

ABSTRACT

The availability for storage is becoming even more important due to the growth in the production of grain in the Brazilian industry, overloading of existent storage structures, given that the South and Midwest regions represent 77% of the total static capacity in the country. As such, new rural actions began to develop. “Condominium Rural Warehouse” is a type of association that has as goal of promoting the cooperation between neighboring farmers for the creation of a shared warehouse as an alternative to others associativity models, like cooperatives. Such model provides some benefits such as the reduction of the costs with storage process, enabling the strategic commercialization of the product in a moment that the market provides the better value to the rural product, as well the benefits in long-term (FILIPPI,2017). This work’s objective is to analyze what kind of collective actions characterize the Condominium Rural Warehouse in Distrito Federal and Entorno de Goiás. For that, a systematic review of the literature and a case study case were carried out. Data were collected through interview and documentary analysis. As main results it was identified that the collective actions are characterized in the majority by associations or cooperatives in the Federal District and surroundings of Goiás. Beyond that, seemingly there are no condominiums of rural warehouses located in the study region. In addition, this work contributes to studies on the feasibility of implementing this model in the Federal District and Goiás Environment, as well as evidence of new future research on rural warehouse condominiums as a new model of collective action in logistics and Agribusiness.

Key-Words: Collective actions. Agribusiness. Storage. Condominium Rural Warehouse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Armazéns Georreferenciados da CONAB.....	24
Figura 2 – Mapa de armazéns do DF.....	26
Figura 3 – Mapa de armazéns do DF.....	27
Figura 4 – Mapa de atuação da EMATER no DF.....	39
Figura 5 – Nuvem de palavras chavaes.....	47
Figura 6 – Processo pós-colheita.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de acordo com o tipo de armazenamento.....	23
Gráfico 2 – Quantidade de armazéns da região Centro-Oeste.....	25
Gráfico 3 – Produção de grãos e capacidade estática dos armazéns cadastrados do Centro-Oeste.....	28
Gráfico 4 – Publicações nas plataformas.....	45
Gráfico 5 – Levantamento de publicações.....	45
Gráfico 6 – Publicações por ano.....	46
Gráfico 7 – Tipo de publicação.....	47
Gráfico 8 – Ações Coletivas.....	48
Gráfico 9 – Quantidade de Cooperativas e Associações.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Semelhanças e diferenças das ações coletivas.....	31
Tabela 2 – Unidades Locais.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos levantados na revisão sistemática de literatura.....	49
Quadro 2 – Artigos selecionados na revisão sistemática de literatura.....	50
Quadro 3 – Resumo dos principais resultados.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira de Agronegócio

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

CSCMP – Council of Supply Chain of Management Professionals

CEASA – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA – Instituto de Economia Agrícola

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SAG – Sistema Agroindustriais

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização.....	13
1.2 Formulação do problema.....	14
1.3 Objetivo Geral.....	14
1.4 Objetivo específico.....	15
1.5 Justificativa.....	15
1.6 Estrutura do trabalho.....	16
2 REFERENCIAL TEORICO	18
2.1 Logística empresarial.....	18
2.2 Logística no agronegócio.....	19
2.3 Armazenagem.....	20
2.3.1 Armazenagem no Centro-Oeste.....	25
2.4 Ações Coletivas.....	28
2.5 Condomínios de Armazéns Rurais.....	32
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	34
3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa.....	35
3.2 Revisão Sistemática de Literatura.....	36
3.3 Caracterização da Organização.....	38
3.4 Participantes do Estudo.....	39
3.5 Instrumentos de Pesquisa.....	40
3.6 Procedimentos de coleta e análise de dados.....	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 Análise da Revisão Sistemática de Literatura.....	44
4.2 Análise do Estudo de Caso.....	53
4.3 Categoria 1: Como as ações coletivas se organizam.....	54
4.3.2 Categoria 2: Relações com as organizações rurais.....	57
4.3.3 Categoria 3: Conhecimento dos produtos agrícolas.....	58
4.3.4 Categoria 4: Armazenamento.....	60
4.3.5 Categoria 5: O atual modelo das organizações rurais.....	63
5 CONCLUSÕES	67
5.1 Considerações finais.....	67
5.2 Limitações da Pesquisa.....	69
5.3 Sugestões para Estudos Futuros.....	69
5.4 Contribuições do Estudo.....	70
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE A	77

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O Brasil apresenta boas condições para o cultivo de diversos tipos de produtos devido às suas condições climáticas. Tal fato gera condições vantajosas ao país como produtor e exportador de *commodities*, principalmente para a soja, sendo que a região Centro-Oeste lidera a produção de tais produtos que são direcionados aos mercados internacionais (Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, 2017).

No que se refere a produção de grãos, a safra de 2016/2017, a mesma fechou em 222,91 milhões de toneladas. Esse número revela um crescimento de 19,5% em relação à safra 2015/16, o que equivale a 36,3 milhões de toneladas a mais. Tal fato evidencia que a produção de grãos e exportação se superam a cada nova safra, sendo que em determinados períodos estas acabam por sobrecarregar as estruturas de armazenagem e plataformas exportadoras, como também o déficit que persiste para a armazenagem dos grãos (CONAB, 2017).

A armazenagem inadequada dos produtos gera fatores que contribuem para a diminuição da qualidade, perda de competitividade, problemas de escoamento da produção, assim como problemas no transporte e armazenagem (GABAN; GUARNIERI, 2015). O déficit na armazenagem também é considerado um dos gargalos da logística e quando a atividade de armazenagem é eficaz e eficiente gera benefícios, principalmente a longo prazo (GABAN et al., 2015).

Considerando a crescente produção de grãos, o déficit de armazenagem e a sobrecarga nas estruturas de armazenagem é importante que se leve em conta a capacidade estática de armazéns, visto que as regiões Sul e Centro-Oeste representam 77% da capacidade total disponível no país (CONAB, 2017; FILIPPI, 2017).

Diante desse cenário, novas ações coletivas rurais começaram a se desenvolver. Os condomínios de armazéns rurais são um tipo de associação que tem por finalidade a cooperação de agricultores vizinhos para a criação de um armazém compartilhado como alternativa a outros modelos de cooperação rural, como as cooperativas. A alternativa dos condomínios de armazéns rurais gera

alguns benefícios, como a redução de custos com o processo de armazenagem, a comercialização do produto em momento que o mercado proporcione o melhor valor pago ao produtor rural e outros benefícios a longo prazo (FILIPPI, 2017).

1.2 Formulação do problema

O estudo das ações coletivas não é um tema recente, porém ainda é um tema um pouco escasso em relação ao Agronegócio, há trabalhos que buscam compreender as publicações referente as ações coletivas no Agronegócio (WENNINGKAMP e SCHMIDT, 2016), e quando se trata de novos modelos de ações coletivas, como os condomínios de armazéns rurais (OLIVO, 2000; FILIPPI, 2017) percebe-se uma lacuna nesse determinado tema.

Perante o contexto exposto, em que a produção de grãos cresce cada vez mais e o armazenamento não acompanha esse crescimento, percebe-se que a armazenagem precisa de um novo modelo, que traga mais benefícios e seja capaz de comportar o aumento gradual de produção. Dado que a região Centro-Oeste é uma das que mais produz esses produtos, é importante entender como as ações coletivas nessa região estão caracterizadas.

Portanto este trabalho procura responder à pergunta de pesquisa: “Que tipos de ações coletivas caracterizam os condomínios de armazéns rurais do Distrito Federal e Entorno e Estado de Goiás?”.

1.3 Objetivo Geral

O presente trabalho tem por objetivo analisar que tipos de ações coletivas caracterizam os condomínios de armazéns rurais no Distrito Federal e entorno de Goiás.

1.4 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, é necessário atingir objetivos específicos a fim de levantar informações para responder à pergunta de pesquisa, os quais são:

- Realizar uma revisão sistemática acerca de ações coletivas no agronegócio;
- Identificar os condomínios de armazéns rurais existentes no Distrito Federal e Entorno do Estado de Goiás;
- Identificar dentre os tipos de ações coletivas apontadas por Wenningkamp e Schmidt (2016), quais caracterizam os condomínios existentes nas regiões estudadas.

1.5 Justificativa

O agronegócio brasileiro exportou um volume recorde em 2017 e os embarques da soja em grão tiveram um aumento de 32,1 % e o milho de 33,9%. Sendo que a participação do agronegócio nas exportações foi de 44% de acordo com os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2017).

De acordo com os dados do CEPEA (2018) o agronegócio (insumos, agropecuária, indústria e serviços) teve uma renda no PIB¹ de R\$ 1.450.760 milhões e participação de 21,6%, esses dados expõe que o agronegócio tem uma boa participação no PIB do Brasil. Analisando os dados da safra temos que a safra de 2016/2017 no Brasil foi de 237.671,40 mil toneladas a capacidade estática dos armazéns das regiões é o total de 165.113.213. Sendo 59.723.137 da região Centro-Oeste, 10.629.800 da região Nordeste, 4.784.266 da região Norte, 24.181, 728 da

¹ PIB- RENDA: reflete a renda real do setor, sendo consideradas no cálculo variações de volume e prelos reais (CEPEA, 2018)

região Sudeste e 65.794.282 da região Sul. É uma realidade que problemas de armazenamento geram problemas na cadeia logística de escoamento, principalmente na impossibilidade da venda do produto em melhores épocas para comercialização, congestionamento da cadeia em período de safra e outros problemas (GALLARDO et al., 2008). Entretanto, em muitos casos nas áreas de produção não há armazenamento adequado para guardar essa produção, muitas vezes por falta de investimento em armazéns ou porque os produtores não tem capacidade econômica de sozinhos terem uma infraestrutura adequada em sua propriedade, por isso, grande parte dos produtores rurais se juntam a algum modelo de ação coletiva (associações, cooperativas, APLs, clusters, etc...) para poder estocar seus produtos pós colheita.

Porém com o desenvolvimento da área rural, novos modelos vão surgindo com o passar do tempo para poder se adaptar a essas mudanças. Assim, é importante entender como são caracterizadas as ações coletivas atualmente e como o desenvolvimento de novos modelos podem trazer benefícios para essa ação coletiva. Atualmente o modelo de condomínios de armazéns que é um modelo novo está surgindo e se estruturando em algumas regiões do Brasil, sendo que a região Sul é a que atualmente tem mais iniciativas já consolidadas e também são considerados os pioneiros no estabelecimento deste tipo de estrutura entre os produtos rurais (FILIPPI, 2017).

1.6 Estrutura do Trabalho

Esse trabalho está estruturado da seguinte maneira, a primeira seção apresenta a introdução com a contextualização, formulação do problema, objetivos (geral e específico) e justificativa da pesquisa. A segunda seção apresenta sobre o Referencial Teórico acerca da logística empresarial, logística no agronegócio, armazenagem, legislação para a armazenagem, armazenagem na região Centro-Oeste, ações coletivas, condomínios de armazéns rurais e a relação do modelo de condomínios de armazéns rurais e os outros modelos de ações coletivas. A outra seção é sobre métodos e técnicas de pesquisa que é exposto sobre o tipo e descrição da pesquisa, a revisão sistemática de literatura, a caracterização da organização, participantes do estudo, instrumentos de pesquisa e procedimentos de

coleta e análise de dados. A penúltima seção é voltada para os resultados e discussões com a análise da revisão sistemática de literatura e análise do estudo de caso. Por último a conclusão da pesquisa que apresenta as considerações finais, as limitações da pesquisa, as sugestões para estudos futuros e a contribuição dessa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Logística Empresarial

A logística está presente desde os primórdios da história mercantil da humanidade, antes mesmo de ser conhecida por esse nome. Originalmente, a palavra “logística” vem do grego “logistikos”, possuindo teor matemático/lógico. Seu desenvolvimento inicial vem de operações militares com atuações desde o planejamento para obtenção de recursos até o transporte de pessoas, instalações e suplementos (BALLOU, 2006, p.26).

Ainda segundo Ballou (2006, p.25), os alimentos e commodities eram consumidos próximos aos polos de produção. Esse tipo de armazenamento era um ato comum dos agricultores, que cultivavam em determinado período e esse cultivo era armazenado para uso futuro, tanto para consumo quanto para atividades de escambo.

Para Araújo (2013) com o desenvolvimento urbano a logística expandiu, aumentando também a sua área de atuação. Com esse desenvolvimento, houve um aumento entre a distância do local de produção e do local de consumo, assim a logística passou a estender seu planejamento, sendo que sua integralização aos processos dentro de uma organização tinha como objetivo a redução de custos, perda e danificação de produtos, bem como aumentar a competitividade entre fornecedores, tornando a logística um fator fundamental no planejamento das estratégias.

Na contemporaneidade, a logística tem um papel importante para as organizações. Para Kobayashi (2000) a logística não tem apenas a função de distribuição, mas também de conectar outros setores da organização para agregar um valor ao produto ou serviço, oferecendo mais competitividade no mercado. De acordo com Bowersox e Closs (2001), a logística envolve integração das informações de outras áreas, transformando uma função em algo mais completo e complexo que está implicado desde o planejamento até chegar ao consumidor final.

Ballou (2006) e Novaes (2007) empregam o uso da definição de logística do *Council of Supply Chain Management Professionals (CSCMP)*, órgão de profissionais do campo da logística.

O Conselho de Profissionais de Gestão de Cadeia de Suprimentos expõe a seguinte definição:

Conjunto organizado e coordenado de atividades necessárias para fornecer o transporte e armazenamento de bens, de fornecedores / serviços através de instalações da empresa para o cliente, junto com as atividades associadas de forma eficiente e necessária para permitir que contribua para os objetivos explícitos da empresa.

Dessa maneira, a logística é definida por um conjunto de atividades coordenadas para fornecer o transporte e armazenamento de bens (CSCMP, 2018), bem como conecta os setores da organização para agregar valor ao produto, oferecendo mais competitividade no mercado (KOBAYASHI, 2000).

Dado que o foco deste trabalho é sobre as ações coletivas do agronegócio, no próximo tópico é abordado a logística voltada para o agronegócio.

2.2 Logística no Agronegócio

De acordo com o tópico anterior, a logística deve ser considerada um elemento macro que integra os processos dentro de uma cadeia produtiva e não apenas vista como o transporte final. Logo, dentro do agronegócio a logística também é fundamental, pois trata-se do planejamento desde o início da cadeia produtiva, assim a diferença da logística dos centros urbanos para a logística no agronegócio são relativas aos produtos, podendo essa lógica ser aplicada a outros tipos de empreendimentos (ARAÚJO, 2013). A logística dentro do agronegócio está relacionada aos processos produtivos, armazenagem, transporte e distribuição (ARAÚJO, 2013, p.107).

Didaticamente, Araújo (2013) separa a logística no agronegócio em três partes. A primeira sendo a logística de suprimentos que dedica-se ao tratamento e movimentação dos insumos agropecuários, a segunda é a logística das operações de apoio à produção agropecuária que é iniciada após a produção ter sido colhida,

sendo que esta se ocupa dos transportes internos, manuseio da produção, armazenagem e estoque primários, entregas, estoques finais e controles (ARAUJO, 2013, p. 109). Por último tem a logística de distribuição que está ligada ao transporte dos produtos até o distribuidor ou consumidor final. Vale lembrar que no agronegócio grande parte dos produtos são perecíveis, assim a sua distribuição varia de acordo com a perecibilidade dos produtos. Então, tem toda uma diferença ao lidar com os produtos, por exemplo, para as frutas há diversos fatores a serem considerados, principalmente porque não há espaço para um armazenamento, oposto ao tratamento de grãos que tem espaço para um armazenamento, por ter um nível mais baixo de perecibilidade.

Portanto, a armazenagem é vital, principalmente devido à sazonalidade da produção e para este trabalho o foco é a armazenagem de grãos, que além da comercialização, também há o período entressafras (ARAUJO, 2013).

2.3 Armazenagem

Como exposto, a armazenagem é um elemento importante dentro da logística. Para entender a importância da armazenagem no processo logístico é preciso compreender como o uso adequado de armazenagem impacta nos resultados. Tanto quando é considerado os problemas de defasagem em armazenamento, quanto de benefícios de uma boa armazenagem.

É considerável distinguir armazenagem de estocagem, pois neste trabalho será utilizado a armazenagem, dado o teor da pesquisa. Segundo a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMAG (2016), a armazenagem pode ser definida como ato de guardar produtos prontos para consumo e que estão em constante movimento, sendo também usados para facilitar na distribuição de produtos. A estocagem é o ato de guardar matérias primas semiacabadas ou prontas para distribuição.

Segundo o Conselho de Profissionais de Gestão de Cadeia de Suprimentos (2013, p.212):

O armazenamento é definido por um local para guardar produtos, que incluem as atividades de recepção de produtos, armazenamento, envio e coleta dos pedidos.

A armazenagem era uma das atividades iniciais da logística. Conforme Novaes (2007), os aventureiros foram os pioneiros na utilização de armazéns, chamados antes de armazéns gerais que se situavam em pontos centrais das redes de transportes. Bowersox e Closs (2001) apresentam dois elementos ligados à armazenagem, a vantagem econômica e a consolidação de cargas. A armazenagem produz uma vantagem econômica decorrente da minimização das quantidades de depósitos utilizados, e a consolidação de cargas é a centralização das cargas em um só local, ambas dando uma redução significativa nos custos. Além disso, a consolidação de cargas em depósito pode ser usada por uma única empresa, por um grupo específico de indivíduos ou terceirizados (BOWERSOX e CLOSS, 2001).

Araújo (2013) classifica a armazenagem em seis tipos:

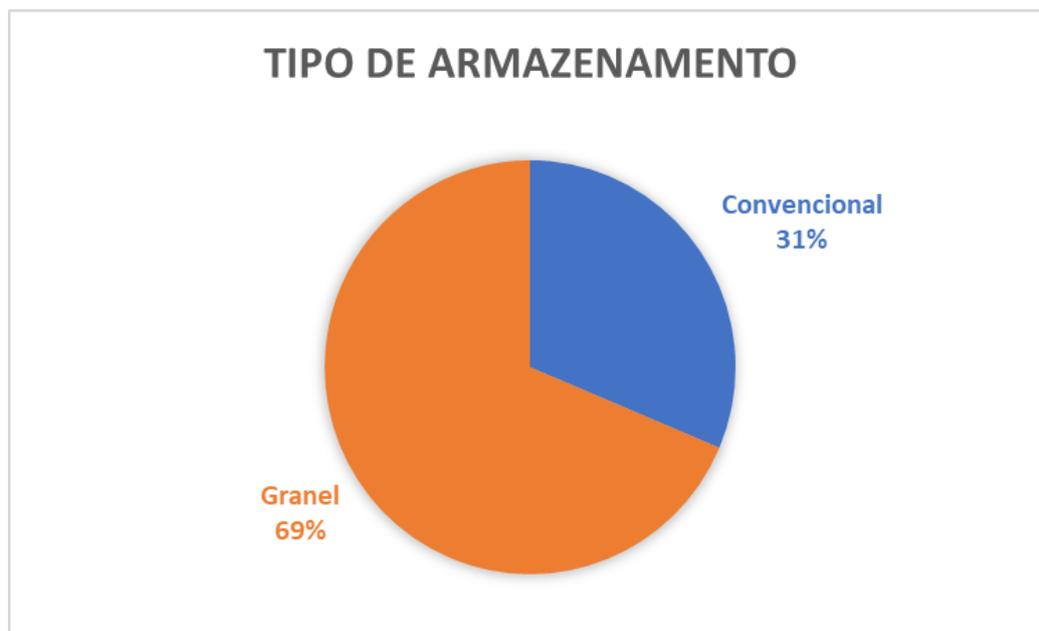
- Armazenagem primária que é o armazenamento ainda na fazenda para guardar o produto por pouco tempo e reunir produtos para justificar o transporte;
- Armazenagem local que é parecida com a armazenagem de cooperativas, sendo que na armazenagem local de Araújo (2013) os armazéns são localizados nos municípios para vários produtores;
- Armazenagem regional que tem a mesma ideia da local, só que esta é entre municípios vizinhos e está posta em local estratégico para distribuição;
- Armazenagem terminal que é a mesma da regional, mas localizada em terminais ferroviários e portuários;
- Armazenagem de distribuição em que os produtos saem para armazéns menores, para os distribuidores.
- Armazenagem final que já é uma armazenagem no local antes do consumidor (como açougue, supermercados, etc...)

Em um levantamento sobre armazenagem, a Associação Brasileira de Agronegócio - ABAG (2015) faz uma classificação dos níveis relevantes para a diminuição das perdas dos produtos em decorrência de problemas de armazenagem, levantando soluções para reduzir o déficit dessa ocorrência. Essas possíveis soluções levantadas são as armazenagens a nível produtor, coletor, regulador, terminal de interior e terminal portuária.

- A armazenagem a nível produtor é aquela feita pelo próprio produtor, que coleta os grãos, faz o controle de qualidade e armazena;
- A armazenagem coletora recebe os grãos e padroniza, é feita por indústrias, cooperativas, armazéns gerais e cerealistas;
- A armazenagem reguladora fica a cargo da CONAB para abastecimentos. É feita em armazéns próprios, alugados ou de terceiros;
- Armazenagem terminal de interior é uma categoria mais dinâmica que os produtos são transportados de um modal caro para outro mais barato;
- E por último, a armazenagem terminal portuária que possui uma capacidade estática maior que as demais, é uma categoria que fica localizada aos centros portuários.

De acordo com bases da ABAG (2015), o produtor muitas vezes realiza as colheitas de grãos com a umidade não adequada, pois o mesmo não tem uma armazenagem apropriada para a secagem na propriedade, assim, logo que os grãos são colhidos eles são transportados, por não ter um local adequado para ficar. Na análise de indicadores do IEA (Instituto de Economia Agrícola), os armazéns de propriedades rurais possuem uma baixa capacidade, não sendo capazes de suportar a produção de grãos e, portanto, acaba desencadeando alguns problemas logísticos como congestionamento de redes de abastecimento terminal e comercialização da safra por preços muito baixos.

Ao citar a armazenagem é importante ressaltar a capacidade estática dos armazéns e a quantidade cadastrada na CONAB, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Porcentagem de acordo com o tipo de armazenamento

Fonte: Adaptado da CONAB (2018)

No gráfico 1 é exposto o tipo de armazenamento disponível nas regiões do Brasil. De acordo com os dados da CONAB (2018), o total da capacidade estática do país é de 128.607.201 milhões de toneladas, capacidade distribuída em 17.121,00 armazéns, sendo 69% para armazenagem a granel e 31% para armazenagem convencional. O armazenamento a granel é mais adequado para os produtos tipo grãos e o armazenamento convencional é mais adequado para sacos (EMPRAPA). De acordo com esses dados, grande parte do armazenamento do país é para os produtos tipo de grãos.

Na figura 1 já é possível visualizar os armazéns georreferenciados² da região Centro-Oeste, segundo dados da CONAB (2018).

² Georreferenciar um imóvel é definir a sua forma, dimensão e localização, através de métodos de levantamento topográfico (INCRA, 2009)

Figura 1 - Armazéns Georreferenciados da CONAB

Fonte: CONAB (2018)

O georreferenciamento é um mapeamento por Global Positioning System - GPS (Sistema de Posicionamento Global) da propriedade e segundo o INCRA (2017), desde novembro de 2016 esse mapeamento é obrigatório para propriedades rurais com mais de 100 hectares. De acordo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2017), o uso desse mapeamento é importante pois contribui com a diminuição das perdas na agricultura, uma vez que foram coletados os dados da propriedade relativos a irrigação e especificações do solo é possível um controle de variáveis que influenciam o cultivo. Sendo que o GPS associa as informações de latitude e longitude às subdivisões da propriedade agrícola e com essas informações torna mais fácil realizar uma intervenção para tratar determinado problema.

Esse mapeamento também permite gerar informações sobre produtividade, pois o sistema ligado ao georreferenciamento cria uma base dados mapeados durante a colheita, assim conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2017), os produtores têm informações que auxiliam na colheita e com essas referências é possível analisar o armazenamento pós colheita.

Logo, no próximo tópico é atribuído as informações referentes ao armazenamento no Centro-Oeste, pois o foco deste trabalho é voltado ao Distrito Federal e entorno de Goiás.

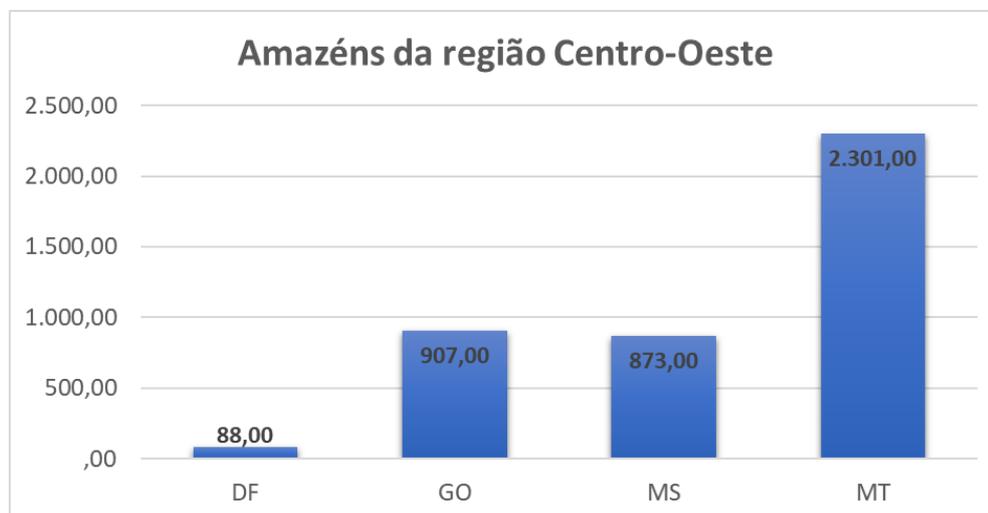
2.3.1 Armazenagem no Centro-Oeste

Conforme boletim agrícola da CONAB (2018), a estimativa para a safra 2017/18 aponta para uma produção de 229,7 milhões de toneladas, sendo 2,9 milhões de toneladas inferior ao levantamento passado, ainda assim essa estimativa é de que essa colheita seja a segunda maior safra do Brasil. Sendo que a soja e o milho possuem os maiores volumes de produção do país com uma estimativa de colheita na primeira safra de 26,8 milhões de toneladas de milho e 52,2 milhões de toneladas de soja para a segunda safra (CONAB, 2018).

E de acordo com os dados da série histórica CONAB (2018) a capacidade estática dos armazéns cadastrados na CONAB da região centro-oeste é de 58.692,5 mil toneladas em 2017 e a produção da mesma região é de 100.240,7 mil toneladas. Tais dados expõem como o centro-oeste possui alta produtividade.

O gráfico 2 mostra a quantidade de armazéns, tanto convencionais quanto a graneis da região Centro-Oeste.

Gráfico 2 - Quantidade de armazéns da região Centro-Oeste

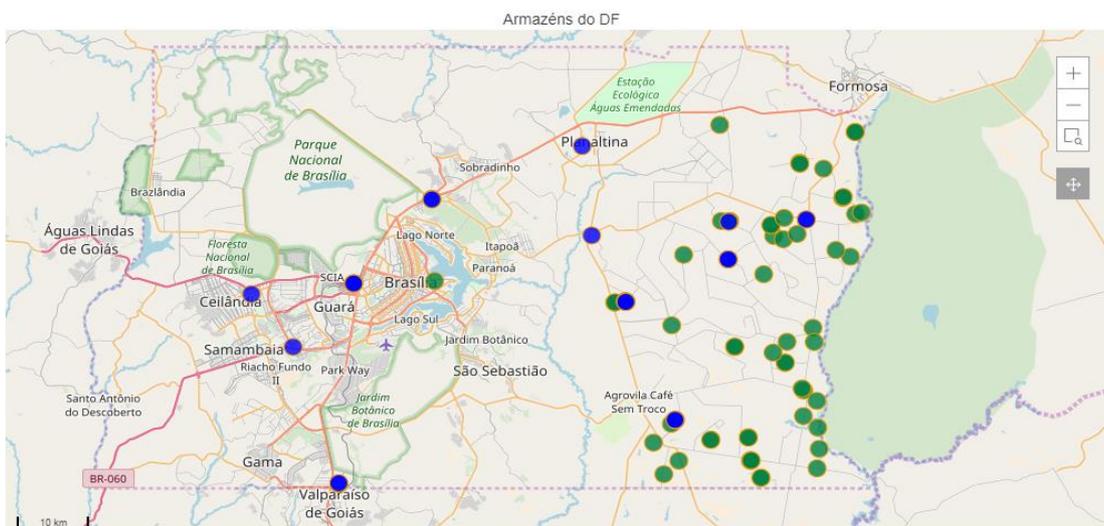


Fonte: Elaborado pela autora (Dados da CONAB)

Observa-se com base no gráfico 2, que em questão de armazenagem, o Distrito Federal é o menor, comparando-o com outros estados da região centro-oeste, apesar de ser um grande produtor de grãos.

Separando os dados do Distrito Federal e Goiás, segundo as informações de armazenagem³ da CONAB (2017), o Distrito Federal possui 88 armazéns, como pode ser visualizado nas figuras 2 e 3.

Figura 2 - Mapa de armazéns do DF

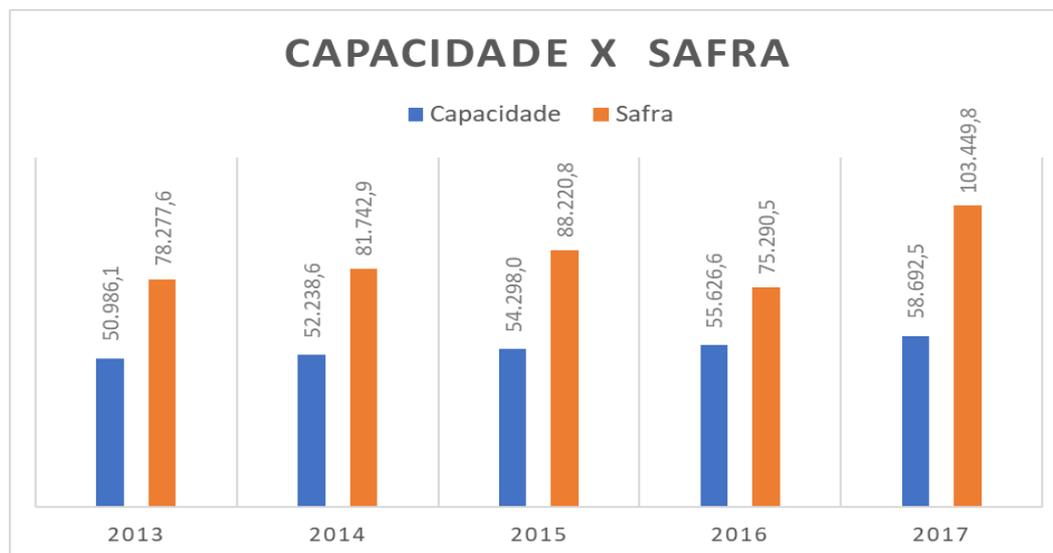


Fonte: CONAB (2018)

De acordo o mapa da **figura 1**, a maioria dos armazéns do Distrito Federal e entorno são de pessoas físicas, e esses armazéns estão espalhados mais para a região do entorno. Enquanto a minoria na região é de armazéns de pessoa jurídica e estão espalhados mais para as cidades satélites do Distrito Federal.

Quanto a região de Goiás como é apresentado nos dados da CONAB na **Figura 3**, o quantitativo é de 907 armazéns.

³ Marcadores verdes são referentes a armazéns de pessoa física e marcadores azuis a armazéns de pessoa jurídica.

Gráfico 3 - Produção de grãos e Capacidade Estática dos Armazéns Cadastrados do Centro-Oeste

Fonte: Dados da CONAB (2018)

Analisando as informações do gráfico 3, nota-se que a safra teve aumento nesses últimos cinco anos e que a capacidade estática dos armazéns também teve um aumento, porém, de acordo com os dados, o aumento da capacidade não acompanhou esse aumento da produção.

O ambiente rural representa um papel estratégico para o desenvolvimento do país e a relação dos agentes envolvidos é fundamental para o associativismo rural (GARRIDO e SEHNEM, 2006). Uma vez que ao estarem unidos coletivamente, esses agentes conseguem se desenvolver internamente e competir dentro do mercado. Assim, o tópico seguinte apresenta sobre as ações coletivas no agronegócio, retratando algumas diferenças e semelhanças.

2.4 Ações Coletivas

Segundo Wenningkamp e Schmidt (2016), as ações coletivas são uma forma de organização caracterizadas pela atuação conjunta de indivíduos e/ou firmas que unem esforços para atingir objetivos comuns de maneira eficiente. Os autores indicam que os estudos referentes as ações coletivas começaram a crescer em meados de 1990, as mesmas vieram a ter o nome de Sistema Agroindustriais (SAGs) que segundo definição dos autores são uma maneira coletiva de se

organizar. Segundo Hardin (2004), as ações coletivas são interações sociais movidas por um objetivo comum, ao qual é necessário ações conjuntas e não individuais para atingir um objetivo. As ações coletivas são estabelecidas como uma união coordenada para atingir um objeto comum, principalmente se o objetivo da união for do aspecto econômico para o interesse dos indivíduos e que o tamanho do grupo de indivíduos não depende de uma quantidade, mas sim das ações das pessoas envolvidas (OLSON, 1967).

Nota-se as semelhanças nas definições de ações coletivas dos diferentes autores. Assim, entende-se ações coletivas no presente trabalho como ações tomadas coletivamente por diferentes indivíduos que tem o mesmo objetivo e se juntam para alcançá-lo de maneira eficiente.

As ações coletivas têm por base uma “ação” coordenada “coletivamente” ou uma ação realizada por dois ou mais indivíduos. Porém, mesmo essa base sendo igual para todos os tipos de ações coletivas, cada tipo tem alguma diferença, diferindo-as uma das outras. Wenningkamp e Schmidt (2016) apresentam diferentes tipos de ações coletivas no agronegócio, sendo elas as redes, cooperativas, associações, clusters, arranjos produtivos locais e aglomerados.

Quando se aborda a definição de redes no âmbito da ação coletiva, Zylbersztajn e Farina (2006) apresentam uma definição de que as redes são um ganho mútuo, atribuído um ganho igual para as duas partes estando elas em sistema de cooperação, sendo assim uma ação coletiva institucionalizada.

Uma ação coletiva institucionalizada é definida pela atuação coletiva na esfera organização, como por exemplo duas empresas se unem para um objetivo comum da qual ambas saem em vantagem. Para Zaccarelli et al. (2008) as redes assim como os *clusters*, possuem uma vantagem por localização geográfica, mas o elemento chave de redes é a integração, assim como em uma cadeia produtiva.

As autoras colocam o cooperativismo e o associativismo em um mesmo grupo, sendo intermediários entre as atividades particulares e o mercado, mesmo sendo semelhantes, há algumas pequenas diferenças entre as duas ações coletivas. O cooperativismo é voltado para a área dos negócios, com destinação a comercialização no mercado. E segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2017), as associações são uma ação coletiva que é geralmente voltada para o assistencialismo.

Rios (2007) define o cooperativismo como uma palavra mágica, que serve para tudo, porém ao abranger tudo, acaba por gerar muitos problemas. Entretanto, é considerada uma boa ação coletiva para pequenos agricultores. Já para Zylbersztajn (1985) o cooperativismo pode ser visto como uma organização que cada membro produz um produto diferente e os produtos combinados satisfazem uma necessidade.

Associativismo rural de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2016) é uma maneira a qual os trabalhadores de pequeno e médio porte conseguem viabilizar projetos de melhor forma, sendo assim capaz de concorrer economicamente com concorrentes de grande porte. Tendo como objetivo criar maneiras das quais todos os indivíduos envolvidos sejam beneficiados (MAPA, 2016).

Outro grupo separado pelas autoras são os *clusters*, arranjos produtivos locais e os aglomerados. Sendo definidos como “ações coletivas por proximidade geográfica, realização de atividades correlatas, a presença simultânea de cooperação e de competição” (WENNINGKAMP E SCHMIDT; 2016). De acordo com Araújo (2013), cluster é um aglomerado de conjunto de empresas que se encontra interligado entre si, em uma região. E que sua vantagem em relação a outros modelos é sua sinergia, fazendo com que haja um aproveitamento maior dos seus produtos e utilização múltipla para a estrutura física. Definição compatível com Zaccarelli et al. (2008), de que o *cluster* é um modelo não tão conhecido quanto os outros, mas que é muito semelhante a redes, pois também é um agrupamento geograficamente concentrado entre empresas (PORTER, 1999) para atividade relacionadas, onde há ao mesmo tempo competição e cooperação.

O arranjo produtivo local – APL é “um aprofundamento da visão de clusters” (ARAÚJO, 2013, p. 21). Assim, Araújo (2013) define APL como a relação e organização de cadeias produtivas em determinada localidade e também a interação dessas cadeias produtivas com outras. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC (2018), os arranjos produtivos locais são um aglomerado de empresas e empreendimentos que trabalham com cadeia produtiva parecida em um mesmo território e mantém vínculos com outros setores.

Quando mais a humanidade avança mais é possível incorporar novos modelos as ações coletivas, como os condomínios de armazéns rurais. Analisando todos esses tipos de ações, volta-se a definição das ações coletivas que são as

ações tomadas coletivamente por diferentes indivíduos que tem o mesmo objetivo e se juntam para alcançá-lo de maneira eficiente.

Para tentar entender como um condomínio se caracteriza, é importante destacar quais são suas semelhanças e diferenças, partindo do ponto de comparação entre os outros tipos de ações coletivas. Na tabela 1, é possível identificar quais são essas diferenças e semelhanças.

Tabela 1 – Semelhanças e diferenças das ações coletivas

TIPO DE AÇÃO COLETIVA	SEMELHANÇAS	DIFERENÇAS
REDES	Integração; Ganho mútuo	Ação coletiva institucionalizada
COOPERATIVAS	Investimento em estrutura de armazenagem	Finalidade comercial
ASSOCIAÇÕES	Cooperação	Finalidade assistencial
CLUSTER	Múltipla utilização da estrutura física	Cooperação e competição empresarial
APL E AGLOMERADO	Proximidade territorial	Aglomerado de empresas
CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS	Proximidade territorial (vizinhos)	Objetivo de obter vantagens provenientes da armazenagem

Fonte: Zylbersztajn (1985); Porter (1999); Ottonelli (2000); Zylbersztajn e Farina (2006); Rios (2007); Araújo (2013); Wenningkamp e Schmidt (2016); Zaccarelli et al. (2008); MAPA (2016); Filippi (2017); MDIC (2018)

Analisando as definições dos autores, foi identificado que muitas ações coletivas da tabela 1 são ligadas a uma ação coletiva empresarial, quando um grupo de empresas se unem em um modelo de ação coletiva para poder competir estrategicamente no mercado. Também verificando as definições, percebe-se que a maioria das ações coletivas necessitam de proximidade territorial.

E os condomínios de armazéns rurais são um modelo associativista que é muito parecido com as outras ações coletivas. Porém, a principal diferença desse modelo para os demais é a união para benefícios provenientes da armazenagem, enquanto os outros modelos têm como objetivos a comercialização, compra ou venda de insumos.

2.5 Condomínios de Armazéns Rurais

De acordo com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, os condomínios surgiram da necessidade de buscar soluções para alterar o sistema produtivo tradicional de leite, nas pequenas propriedades rurais (SULZBACH, 2017). Com o desenvolvimento desse modelo, os condomínios passaram a se estruturar com o intuito de suavizar e reduzir o déficit de armazenagem, desencadeando benefícios para os produtores rurais (FILLIPI, 2017).

Os condomínios de armazéns rurais são uma nova forma de colaboração entre produtores próximos que buscam uma maneira de se beneficiarem por meio dos grãos armazenados para alimentação animal, reduzindo os custos de investimento em um armazenamento próprio (GABAN, 2017), sendo que esse armazenamento em silos ou armazéns graneleiros com o objetivo de obter vantagens provenientes da armazenagem (GABAN et al., 2017).

Para Olivo (2000), os condomínios rurais têm uma iniciativa privada para intensificar as práticas entre produtores próximos. O autor também coloca a caracterização dada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Rio Grande do Sul, de que os condomínios são instrumentos de viabilização da propriedade pela união dos produtores para em parceria, produzir, vender ou comprar insumos/produtos agrícolas (OLIVO, 2000, p.57). Sendo também uma forma solidária ou conjunta em que sua divisão é feita por cotas.

De acordo com o § 1º do artigo 2 do Decreto nº 3.993 de 30 de outubro de 2011 da Presidência da República, um condomínio é definido por:

Um agrupamento de pessoas físicas ou jurídicas constituído em sociedade por cotas, mediante fundo patrimonial pré-existente, com o objetivo de produzir bens, comprar e vender, prestar serviços, que envolvam atividades agropecuárias, extrativistas vegetal, silviculturais, artesanais, pesqueiras e agroindustrias, cuja duração é por tempo indeterminado.

Esse modelo está surgindo e se estruturando em algumas regiões do Brasil, sendo que a região Sul é a que atualmente tem mais iniciativas já consolidadas e são considerados os pioneiros no estabelecimento deste tipo de estrutura entre os produtos rurais (GABAN, 2017).

Por se tratar de um modelo novo, principalmente na região Centro-Oeste, será adotada a definição de que os condomínios de armazéns rurais são um modelo de ação coletiva em que os pequenos e médios produtores se unem para alcançar objetivos e/ou para realizar atividades agrícolas como compra, armazenamento e venda em parceria (OLIVO, 2000; SULZBACH, 2017; FILIPPI, 2017). Precedentemente apresentado sobre os armazéns, foi exposto que muitos agricultores não conseguem manter a qualidade dos grãos, implicando em problemas de transporte logísticos e conseqüentemente também vendem seus produtos por um preço muito abaixo pois não tem uma armazenagem adequada para segurar esses produtos.

No tópico 2.3 sobre armazenagem foi exposto um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Agronegócio - ABAG (2015) foi apontado a armazenagem a nível produtor para diminuir o déficit causado por problemas de armazenagem, mas também foi apresentado que é custo muito elevado implementar e manter um armazém na propriedade, principalmente para pequenos e médios produtores.

Desse modo, percebe-se que as ações coletivas entre os produtores rurais para a utilização de um armazém de uso conjunto seja uma opção viável, reduzindo custos para todos os indivíduos envolvidos bem como o aumento da qualidade e competitividade de seus produtos.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa tem por intuito descobrir questões da realidade, juntando a teoria com os métodos científicos (MINAYO, 1994; DEMO, 1995). De acordo com o objetivo dessa pesquisa, a classificação foi caracterizada como aplicada, exploratória e descritiva, de natureza qualitativa (SILVA e MENEZES, 2001).

O procedimento teórico consistiu na revisão da literatura, análise documental e estudo de caso. Para a análise documental foram utilizadas fontes primárias e secundárias, como livros, sites governamentais, periódicos e artigos de anais de eventos. Como instrumento de coleta de dados foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado, que foi aplicado a três entrevistados de uma mesma organização. Além disso, foi realizada uma análise documental a fim de levantar informações sobre os Condomínios de Armazéns Rurais no Distrito Federal e Goiás. Conforme Bardin (1977), a análise documental é um conjunto de operações visando armazenar as informações facilitando o acesso as mesmas, como um banco de dados com documentos brutos que com diferentes análises passam a ser documentos secundários.

Com base em Teixeira (2003) a fase de análise de dados na pesquisa reúne três finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte.

A análise de dados ocorreu por meio da análise de conteúdo que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de comunicação que tem por objetivo inferir os conhecimentos relativos as condições de produção e recepção, através de procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens. Ou seja, é uma metodologia de dados que busca interpretar a mensagem contida no conteúdo, para observar o que está sendo mencionado sobre determinado assunto. No caso desta pesquisa, a análise de conteúdo irá buscar identificar o que está sendo dito referente as ações coletivas no agronegócio e a caracterização dessas ações coletivas nos Condomínios de Armazéns Rurais no Distrito Federal e Entorno de Goiás.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Este trabalho consiste em uma pesquisa de natureza aplicada busca produzir novos saberes para aplicação prática a soluções de questões específicas (SILVA e MENEZES, 2001; BARROS e LEHFELD, 2000).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa exploratória tem como finalidade a formulação de um problema. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória tem a finalidade de aperfeiçoar ideias e também descoberta de novas questões ou ideias. Ou seja, uma pesquisa dessa natureza explora novos problemas ao tempo que aperfeiçoa ideias e estudos existentes.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva busca descrever características de determinado grupo, como também estabelecer uma relação entre variáveis. E utilizado estudo de caso como parte do procedimento teórico.

Segundo Gil (2002), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. E conforme Yin (2002), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa utilizada em muitas situações para colaborar com o conhecimento sobre determinado grupo, individuo, organização e outras questões sociais.

Segundo Yin (2002, p.02)

(...) O método de estudo de caso permite que o pesquisador retenha as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e gerenciais, mudanças de vizinhança, relações internacionais e as maturações da indústria.

Nessa pesquisa, o estudo de caso foi utilizado para verificar as características das ações coletivas no agronegócio no Distrito Federal e Entorno de Goiás.

No procedimento de coleta de dados foi utilizado a entrevista, pois a mesma tem por objetivo fornecer informações sobre definido assunto (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.196) e é mais flexível podendo assumir diversas formas (GIL, 2002).

O tipo de entrevista escolhido foi a semiestruturada, também conhecida como parcialmente estruturada, que é uma entrevista mais flexível da qual o entrevistador guia o entrevistado sobre determinados pontos, podendo alterar a direção da entrevista para explorar mais o objetivo da pesquisa (GIL, 2002; MARCONI e LAKATOS, 2003).

Outra parte do procedimento teórico utilizado, foi a revisão sistemática de literatura, a pesquisa documental que é uma pesquisa baseada em documentos que não foram analisados ou que podem ser reformulados com o objetivo da pesquisa. Na pesquisa documental os materiais podem ser aqueles primários retirados de órgãos, como os coletados para a presente pesquisa que foram retirados de sites governamentais como CONAB, EMATER e IBGE e também há os dados que são ditos como documentos secundários, dos quais estão os relatórios e outros documentos que foram analisados (GIL, 2002). Assim como os dados primários foram relatórios e documentos analisados retirados de sites governamentais.

A revisão sistemática é utilizada para responder perguntas com objetivos bem focados sobre uma questão prática (COUGHLAN ET AL., 2007, p.5).

3.2 Revisão Sistemática de Literatura

Para esse trabalho foi utilizada a revisão sistemática de literatura. Pois esse tipo de estudo de revisão tem a função de fornecer uma explicação objetiva do que foi escrito sobre um determinado assunto (COUGHLAN ET AL., 2007; SAMPAIO e MANCINI, 2007).

Segundo Sampaio e Mancini (2007, p.84)

As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

Conforme Gil (2002), é importante que se utilize um procedimento de leitura adequado para identificar informações e dados, estabelecer relações e analisar a consistência dessas informações e dados. Portanto, foi empregado na revisão

sistemática de literatura as classificações de leitura. Sendo elas, a leitura seletiva, leitura exploratória e leitura analítica.

A leitura exploratória é feita para reconhecer um campo desconhecido, o qual é identificado alguns elementos através de rápida leitura de folha de rosto, notas, resumos e outros identificadores do conteúdo do trabalho. Facilitando assim na seleção de uma grande quantidade de artigos. Já a leitura seletiva é a leitura dos trabalhos encontrados na leitura exploratória, porém, é uma leitura mais profunda e que pode ser incluída ou excluída para uso do trabalho.

A leitura analítica é a leitura caracterizada pela verificação completa dos textos. Nessa leitura é preciso identificar o propósito do autor e como as informações dos textos ajudam a encontrar respostas para o problema de pesquisa. Gil (2002) propõe que na leitura analítica o pesquisador faça uma leitura crítica e assume um procedimento de objetividade, imparcialidade e respeito.

Assim sendo, essa revisão sistemática foi dividida em três etapas, de acordo com os objetivos de levantamento, seleção e análise das publicações. A primeira etapa foi realizada através de pesquisa nas plataformas de periódicos da CAPES, GOOGLE ACADÊMICO e SCIELO com uma busca de publicações dos últimos 20 anos, com as palavras chaves “ações coletivas”, “agronegócio”, “armazéns”, “armazenamento”, “condomínios rurais” e “centro-oeste”. Segundo Silva e Menezes (2011) é necessária uma lógica nos termos para aumentar ou diminuir as possibilidades de buscas e aumentar o nível de confiança nos dados encontrados, essa relação entre os termos pesquisados é chamado de expressão booleana ou operadores booleanos. Para isso foi utilizado apenas o booleano AND que faz uma interseção dos termos indicados.

A segunda etapa foi realizar uma análise das publicações coletadas nas plataformas selecionadas, esta etapa consistiu em análise das palavras chaves, resumo, objetivo e conclusão para eliminar os artigos que não eram relevantes para este trabalho. Na terceira etapa foi aplicado os critérios de inclusão e exclusão das publicações.

O critério empregado foi excluir os artigos que tratavam das ações coletivas em FLVs ou outros produtos, pois o foco deste trabalho é nas ações coletivas que caracterizam os condomínios de armazéns rurais e excluir os artigos que por ventura não tratasse propriamente de ações coletivas no agronegócio ou associativismo rural. E para inclusão de artigos foram escolhidos aqueles que tratavam das ações

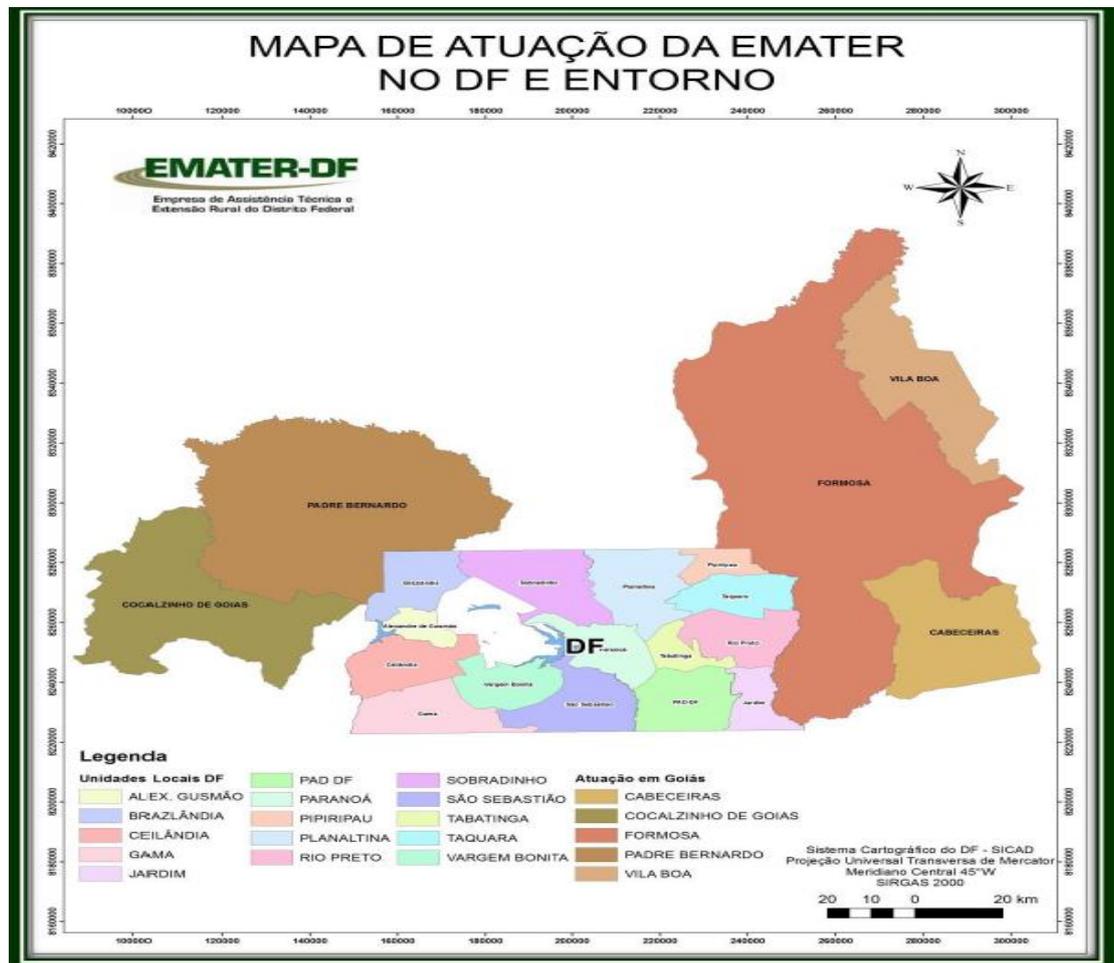
coletivas no agronegócio, aqueles que tratavam de novos modelos de ações coletivas no agronegócio e aqueles artigos que abordavam sobre alguma das ações coletivas da pesquisa.

3.3 Caracterização da Organização

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER é uma empresa de assistência técnica e expansão rural que está presente em alguns estados. Cada escritório é responsável pelo atendimento de uma área geográfica, que é denominada de área de atuação, conforme exposto na figura 4. A principal atividade é combinar as políticas públicas às demandas da sociedade, principalmente dos produtores. A empresa tem como missão promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar, por meio de uma assistência técnica para beneficiar a sociedade.

Assim sendo, a empresa presta assistência técnica aos produtores, fornece treinamentos, cursos e faz coleta de dados para análises de outros órgãos. Como objetivo, a empresa busca estabelecer um foco para atuação da instituição para os próximos 10 anos (2012 – 2021).

Figura 4 - Mapa de atuação da EMATER no DF e entorno



Fonte: EMATER DF (2018)

Conforme exposto, cada escritório tem uma área de atuação. No total a EMATER responsável pela área de Brasília e entorno de Goiás tem áreas de atuação na Asa Norte, Brazlândia, Sia - Ceasa, Ceilândia, Guará, Formosa, Gama, Paranoá, Planaltina, São Sebastião, Sobradinho e Núcleo Bandeirante.

3.4 Participantes do Estudo

Para essa pesquisa foram selecionados três entrevistados de escritórios diferentes e que atuam há mais de 5 anos na EMATER. Eles foram selecionados por representatividade, devido ao conhecimento da empresa sobre extensão rural e

assistência técnica, no âmbito do Agronegócio, proporcionando atingir ao objetivo geral e identificar as ações coletivas que caracterizam os condomínios de armazéns rurais e por acessibilidade. Os entrevistados foram dois homens na faixa etária de 30 anos a 60 anos e uma mulher na faixa etária de 20 anos a 30 anos, os entrevistados tem especialidade em técnico agropecuária, agronomia e zootecnia. Dois dos entrevistados são técnicos e um dos entrevistados é gerente. Todos os entrevistados têm mais de um ano de EMATER.

Um dos entrevistados foi indicado pelos outros dois entrevistados e pela própria empresa no primeiro contato. É importante ressaltar que os escritórios de atuação trabalham com diferentes locais, por isso a entrevista foi feita em três escritórios diferentes, para auxiliar no levantamento de informações e conhecimento das ações coletivas rurais.

3.5 Instrumentos de Pesquisa

O método do estudo de caso proporciona ao pesquisador manter as condições holísticas de eventos da vida real (YIN, 2002), sendo uma maneira de coletar e analisar evidências empíricas. O estudo de caso representa uma análise exaustiva sobre determinado objeto para conceder um conhecimento mais ampla e detalhado (GIL, 2002; SILVA e MENEZES, 2001). Segundo Gil (2002), os resultados que são apresentados pelo método de estudo de caso, habitualmente não são apresentados como forma de conclusão, mas sim como hipóteses, por se tratar de algo empírico e que seus eventos estão em constante mudança, sendo que muitas vezes não podem ser medidos através de variáveis, sendo dado como algo conclusivo. Complementarmente, Yin (2002) apresenta o estudo de caso como uma pesquisa ao qual o pesquisador pretende cobrir circunstâncias contextuais supondo que eles sejam altamente pertinentes ao objeto estudado.

Cada método de pesquisa há uma técnica de coleta de dados, que seja de acordo com o tipo de pesquisa sendo feito. Para o estudo de caso, há algumas técnicas que podem ser utilizadas, como entrevistas, questionários, observações e formulários (SILVA e MENEZES, 2001, p. 33).

As técnicas de interrogação são as que mais possibilitam ao pesquisador obter dados do ponto de vista do entrevistado (GIL, 2002, p.115) e a entrevista é a técnica que apresenta maior flexibilidade. Ainda de acordo com Gil (2002) a entrevista pode ser informal apenas para uma simples coleta de dados, focalizada quando a simples coleta de dados é destacada a um tema distinto, parcialmente estruturada quando o entrevistador guia os pontos de relação ou totalmente estruturada quando as perguntas são fixas. E de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a entrevista pode ser estruturada ou não estruturada, sendo que na entrevista não estruturada ela pode ser focalizada, clínica ou não dirigida.

Selltiz (1965) mostra seis tipos de objetivos da entrevista, que são a averiguação de fatos, determinação de opiniões sobre os fatos, determinação de sentimentos, descoberta de planos de ação, conduta atual ou do passado e motivos para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Toda técnica de coleta de dados tem uma estratégia, vantagens e desvantagens que seguem uma própria lógica (YIN, 2002, p. 3). Na entrevista pode haver algumas desvantagens como incompreensão entre as partes, retenção de informações por parte do entrevistado, influência do entrevistado, dificuldade de expressões e ocupação de tempo (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.198). Porém, mesmo diante dessas possíveis desvantagens, é importante ressaltar que na entrevista pode se observar a leitura corporal do entrevistado, guiar os pontos conforme conhecimento apresentado pelo entrevistado e principalmente a obtenção de dados que não estão registrados em documentos.

Diante desses fatos, para essa pesquisa foi utilizada a entrevista parcialmente estruturada, também conhecida como entrevista semiestruturada. Pois permite um levantamento de informações maior e mais flexibilidade.

Também para esse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que é produzida com base em algum material já utilizado (GIL, 2002) e contribui para obter informações sobre a situação atual do tema pesquisado, conhecendo o que existe sobre o tema (SILVA e MENEZES, 2001, p.38).

Uma análise documental aprimora o trabalho, e para essa pesquisa foram analisados documentos governamentais, projeções de safras, entre outros dados e relatórios.

A entrevista foi realizada com um roteiro de pesquisa semiestruturado (**Apêndice A**) que foi dividido em 5 seções, a primeira seção era composta de 7 itens que tinha por objetivo entender sobre a atuação da empresa escolhida no ambiente das comunidades. A segunda seção era composta por 5 itens, que tinha por objetivo entender sobre as atividades da empresa. A terceira seção era composta por 4 itens, que tinha por objetivo entender como a empresa lida com os produtos, sendo que ela trabalha diretamente com os produtores rurais. A quarta seção era composta por 6 itens que tinha por objetivo entender o processo de armazenagem dos produtores rurais e por último a quinta seção com 4 itens para entender a como a empresa caracteriza as organizações rurais, como são as ações coletivas e principalmente, se há condomínios de armazéns rurais que seja de conhecimento do entrevistado e da empresa. Em suma, o roteiro de entrevista semiestruturado foi formado por 5 seções, totalizando 26 perguntas no final.

As perguntas foram elaboradas de acordo com o objetivo da pesquisa, que é analisar que tipos de ações coletivas caracterizam os condomínios de armazéns rurais no Distrito Federal e entorno de Goiás, assim, as seções foram uma base para entender a realidade do ambiente das ações coletivas as quais a empresa presta assistência. E ao longo da entrevista, notou-se que as seções 3 e 4 não estava no campo de atuação da empresa, porém, os entrevistados conheciam os processos e por isso ambas as seções foram respondidas.

3.6 Procedimento de coleta e análise de dados

O processo de análise é fundamentalmente interativo do qual o pesquisador elabora um pensamento lógico através do objeto estudado (GIL, 2002, p. 90). Para esse trabalho foi escolhida a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1977) é composta por um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que trata as informações contidas nas mensagens.

Com o propósito de pesquisar sobre o conhecimento da empresa quanto aos condomínios de armazéns rurais e as ações coletivas que caracterizam os produtores rurais, foi realizado contato com a empresa buscando um responsável que tivesse conhecimento para a entrevista. O primeiro contato foi realizado em

março de 2018 com o responsável pelas organizações rurais, foi explicado superficialmente sobre a pesquisa para que a entrevista fosse a mais sincera possível quanto ao conhecimento do entrevistado acerca do assunto, e assim foi marcada a primeira entrevista. Durante a entrevista, o entrevistado indicou uma pessoa que poderia colaborar com a pesquisa devido o seu conhecimento. Assim foi feito o contato com esse responsável indicado, também foi explicado um pouco sobre a pesquisa e a mesma foi realizada em abril de 2018. Outro contato foi feito com mais um responsável pelos pequenos produtores rurais, esse contato foi feito também em abril de 2018 e também foi explicado sobre a pesquisa, sem influenciar o entrevistado com alguma informação que o suggestionasse.

Para todas as entrevistas foi enviado previamente por e-mail uma solicitação de visita técnica e um documento de apresentação. Foi autorizado pelos entrevistados que as entrevistas fossem gravadas para posterior transcrição e realizada uma análise do conteúdo pela pesquisadora, de acordo com a definição de Bardin (1977). As entrevistas tiveram em média uma duração de uma hora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo geral desse trabalho é analisar que tipo de ações coletivas caracterizam os condomínios de armazéns rurais do Distrito Federal e entorno de Goiás. Assim, nessa parte são apresentados os resultados encontrados na revisão sistemática de literatura, e a análise dos dados das entrevistas acompanhado da análise documental, confrontando essas informações com o referencial teórico. A fim de manter o sigilo dos entrevistados, os mesmos serão tratados pelas letras A B e C. Sendo a letra A referente ao entrevistado da Emater/Sede, B referente ao entrevistado da Ceasa e C ao entrevistado do PAD/DF.

Desta forma, para melhor compreensão a análise dos resultados foi dividida em duas categorias, a primeira categoria refere-se a revisão sistemática de literatura e a segunda categoria refere-se a análise de conteúdo baseado nos documentos levantados e nas três entrevistas realizadas.

4.1 Análise da Revisão Sistemática de Literatura

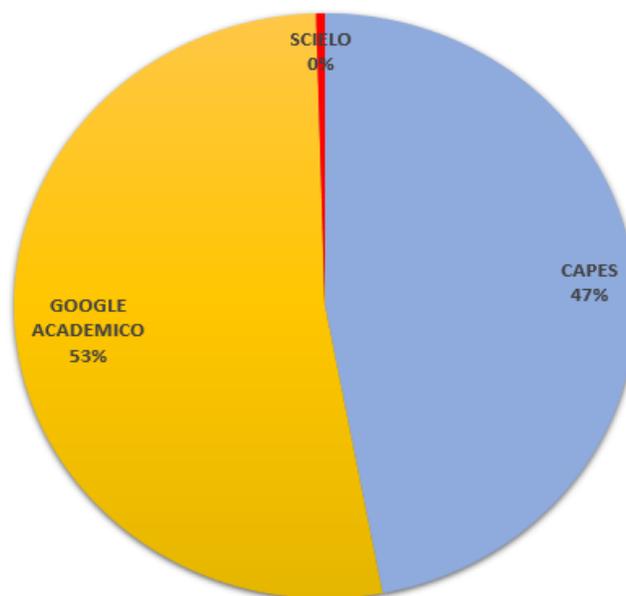
O primeiro objetivo específico deste trabalho era realizar uma revisão sistemática acerca de ações coletivas no agronegócio. A revisão sistemática de literatura foi realizada sobre esse tema devido a sua importância para entender como estão as publicações acerca das ações coletivas com foco no agronegócio e se há novos modelos de ações coletivas sendo usados.

Segundo Silva e Menezes (2011) é necessária uma lógica nos termos para aumentar ou diminuir as possibilidades de buscas e aumentar o nível de confiança nos dados encontrados, essa relação entre os termos pesquisados é chamado de expressão booleana ou operadores booleanos. Para isso foi utilizado apenas o booleano AND que faz uma interseção dos termos indicados.

Para essa pesquisa foram selecionadas publicações das plataformas CAPES, Google Acadêmico e SCIELO com um período definido de 1998 a 2018. As palavras chaves utilizadas foram “ações coletivas”, “agronegócio”, “armazenamento” e “condomínios de armazéns rurais”.

O gráfico 4 expõe percentualmente a quantidade de publicações com a pesquisa das palavras chaves que apareceram em cada plataforma.

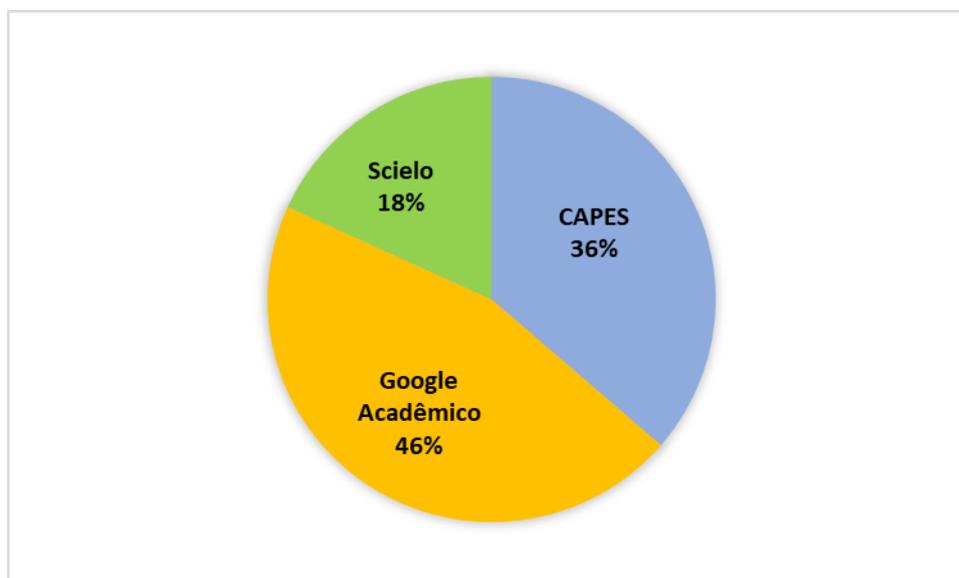
Gráfico 4 – Publicações nas plataformas



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 5 apresenta 46% de publicações da plataforma Google Acadêmico, desta plataforma foram selecionados 5 artigos, já na plataforma da CAPES com 36% foram selecionados 3 artigos e na SCIELO com 18% foram selecionados 2 artigos.

Gráfico 5- Levantamento de publicações

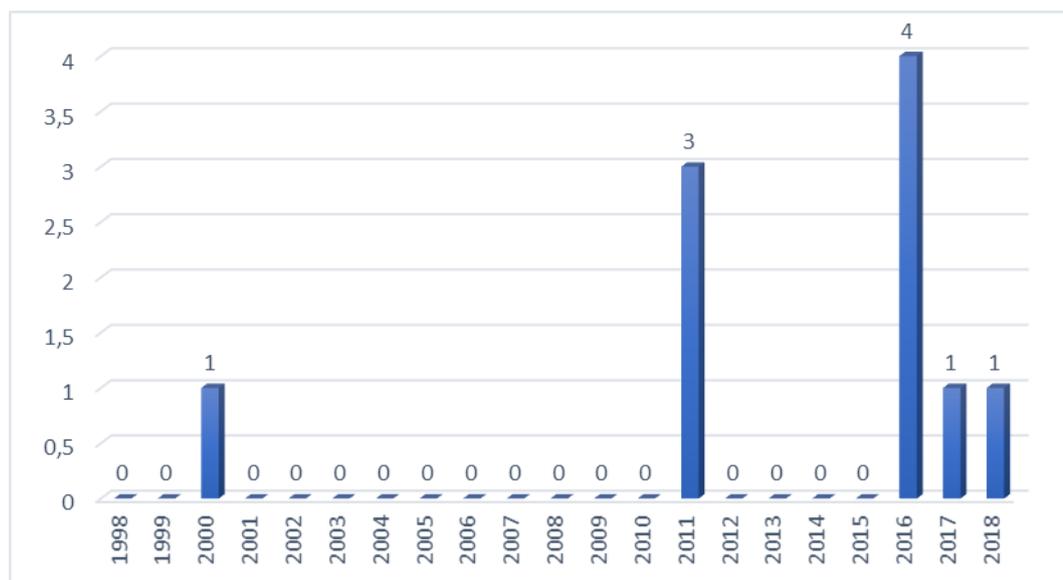


Fonte: Essa pesquisa

Foi determinado como critério de inclusão e exclusão a escolha das publicações pelo meio de comunicação e publicação, foi estabelecido que seria utilizado dissertações, teses, artigos e relatórios oriundos do governo e anuais de revistas. Assim, ficou estabelecido que seria excluído capítulos de livros, patentes e artigos da internet sem informações quanto a procedência.

De acordo com o levantamento das informações das publicações selecionadas, o gráfico 6 apresenta a quantidade de publicações de acordo com o ano.

Gráfico 6 - Publicações por ano

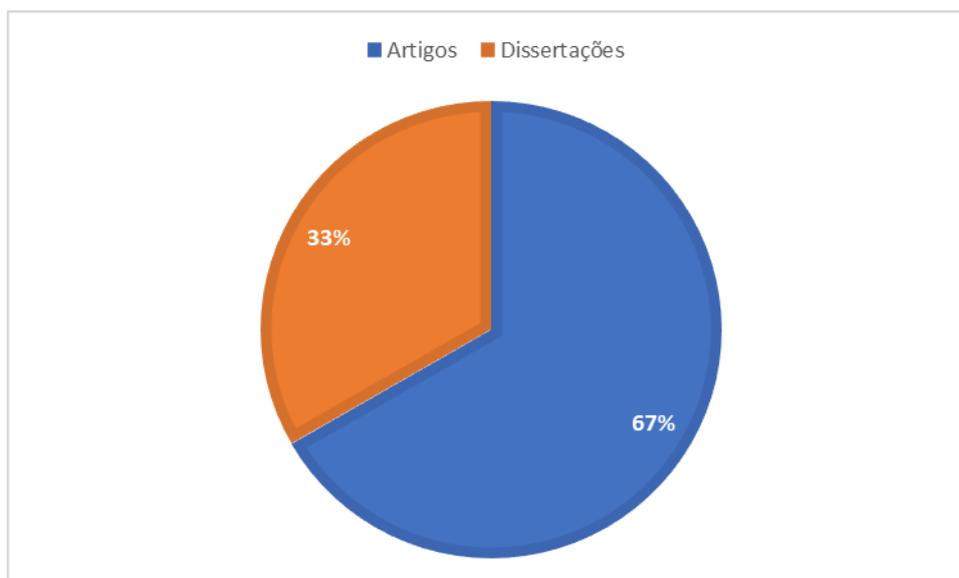


Fonte: essa pesquisa (2018)

Conforme gráfico 6, o ano de 2016 foi o que mais teve publicações referente ao ações coletivas no agronegócio, de acordo com a temática dessa pesquisa.

Segundo os dados das publicações, o gráfico 7 apresenta as quantidades de acordo com o tipo de publicação.

Gráfico 7 - Tipo de publicação



Fonte: essa pesquisa (2018)

Conforme o gráfico 7, das publicações que foram selecionadas 33% são dissertações e 67% são de artigos (Sober, etc...). Totalizando assim, 3 dissertações e 5 artigos.

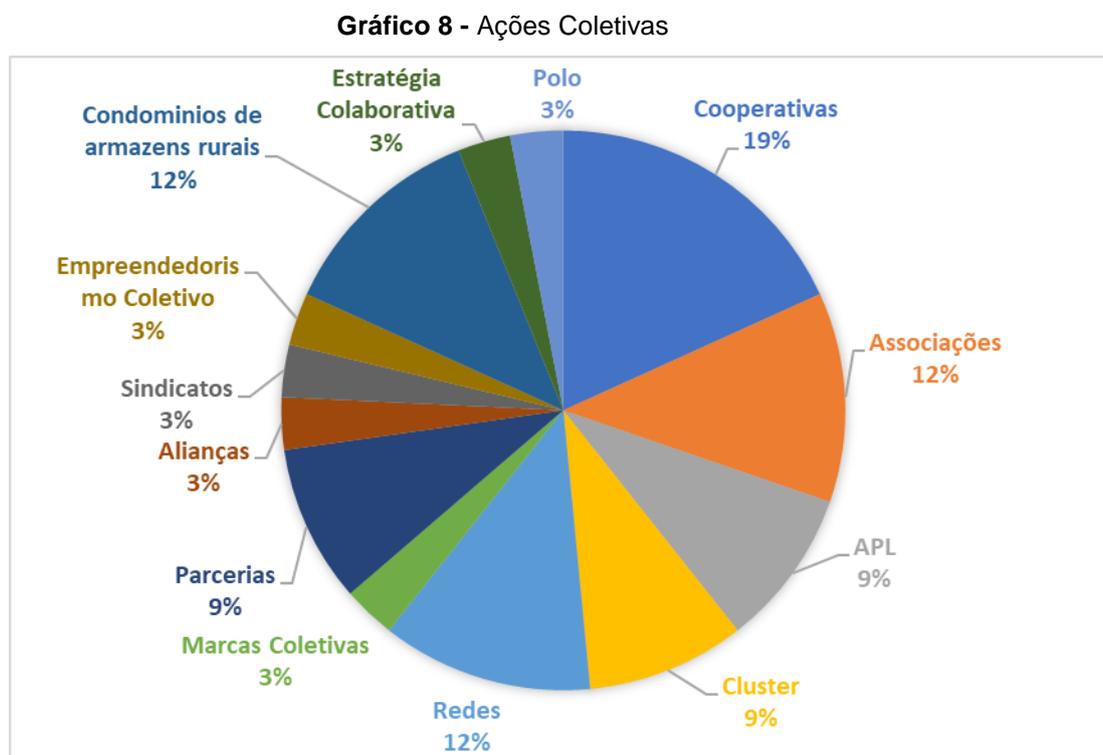
Observando as palavras chaves dos 10 artigos selecionados a palavra “ações coletivas” e “agronegócio” apareceram em 4 publicações. “Armazenagem” apareceu em 3 publicações e “cooperativas agroindustriais”, “desenvolvimento regional” e “logística de distribuição” apareceram 2 vezes. As outras palavras chaves das publicações apareceram apenas uma vez.

Figura 5 - Nuvem de palavras chaves



Fonte: Elaborada pela autora

Considerando as informações dos artigos e dissertações acerca das ações coletivas, foi realizado um levantamento de quais ações coletivas as publicações tratavam, conforme o gráfico 8.



Fonte: essa pesquisa (2018)

Segundo essas informações, há poucas publicações acerca de algumas ações coletivas, como as marcas coletivas, estratégia colaborativa, polo, sindicatos, alianças e empreendedorismo coletivo com 3%. Enquanto há outras que estão em aumento nas publicações como as associações, redes e condomínios rurais com 12%. A ação coletiva que mais aparece nas publicações selecionadas foi referente as cooperativas com 19%.

Foram levantados 18 artigos, conforme quadro 1, durante a segunda etapa, e foram selecionadas 10 publicações que tinham relação com essa pesquisa. A seleção foi realizada através da leitura dessas publicações, assim foram escolhidas aquelas que tratavam das ações coletivas no agronegócio.

Quadro 1 – Artigos levantados na revisão sistemática de literatura

Título do Artigo	Autores
Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012)	Wenningkamp, Keila Raquel; Schmidt, Carla Maria
Ações coletivas no agronegócio: Uma análise do estado da arte a partir dos congressos da sober (2004-2013)	Schmidt, C.M.; Tomo, M.; Wenningkamp, K.R.; Tomé, L.H.P.; Cielo, I.D.
NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS: auto-organização das trabalhadoras rurais	Silva, Thalita Costa da
As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR)	Kunzler, Mali Teresinha; Bulgacov, Sergio
Caracterização e Quantificação de Sistemas Agroindustriais visando Ações Coletivas: um modelo metodológico	Neves, M.F; Rossi, R.M; Lopes, F.F; Castro, L.T.; Marino, M. K
Condicionantes para inserção de pequenos produtores em canais de distribuição: uma análise das ações coletivas.	Lourenzani, Ana Elisa Bressan Smith
As ações coletivas sob a forma de cooperativas e a relevância na cadeia produtiva da soja no Paraná	Lediany Freitas de Campos, Sandra Mara Stocker Lago
Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista	Fagotti, Licia Nara
Diversidade do associativismo na região do corede-centro/rs1 e sua importância para o desenvolvimento regional	Silveira, Paulo Roberto; Neumann, Pedro Selvino; Vella, Hugo Aníbal G.; Lago, Adriano; Oliveira, Antônio Elisandro; Pelegrini, Gelson
Caracterização e análise da viabilidade de condomínios de armazéns rurais: um estudo Multicasco	Filippi, Amanda Cristina Gaban
Condições de viabilidade da implantação de uma unidade de armazenamento de grãos em uma propriedade rural no município de Redentora-RS	Ottonelli, Diego
Evolução da produção de grãos e armazenagem: perspectivas do agronegócio brasileiro para 2024/25	Filippi, Amanda Cristina Gaban; Morelli, Felipe; Brisola, Marlon Vinicius; Guarnieri, Patrícia
Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão	Olivo, Clair Jorge
Políticas para arranjos produtivos locais no Brasil	Helena M. M. Lastres, Cristiane Garcez, Eduardo Kaplan, Walsey Magalhães e Cristina Lemos
Fundação MT: Um caso de ação coletiva no agribusiness	Nassar, André Meloni
Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais	Warren, Ilse Scherer
Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio	Wenningkamp, Keila Raquel; Schmidt, Carla Maria

Fonte: Essa pesquisa

Seguindo o protocolo de leitura analítica de Gil (2002), os artigos levantados lidos, assim, o quadro 2 consta o título, autor, palavras chaves, objetivo e conclusões dos artigos relevantes a esse trabalho. Os critérios de exclusão dos artigos selecionados foram os objetivos das publicações, se artigos tinham relação direta com essa pesquisa e se a fonte dos artigos era de anais de eventos, monografias ou livros.

Quadro 2 – Artigos selecionados na revisão sistemática de literatura

ARTIGOS	AUTORES	PALAVRAS-CHAVES	OBJETIVO	RESULTADOS
Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012)	Wenningkamp & Schmidt (2016)	Ações coletivas; Agronegócio; Estado da arte; Bibliométrica.	Compreender a produção científica no Brasil sobre ações coletivas no agronegócio, a partir de testes e dissertações defendidos entre os anos de 1998 a 2012.	Constatou-se a existência de pesquisas na área de ações coletivas no agronegócio. E os estudos tem aumentado nos últimos anos. Sendo que a agropecuária foi o segmento mais pesquisado nos estudos de caso e que as regiões Sul e Sudeste concentram tanto maior parte dos estudos quanto a maioria das formas coletivas estudadas.
As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR)	Kunzler & Bulgavoc (2010)	Redes; estratégia competitiva e colaborativa; resultados individuais e coletivos.	Compreender de que forma as estratégias de competição e de colaboração existentes nas associações de produtores rurais influenciam os resultados individuais e coletivos obtidos pelos produtores participantes.	O principal resultado deste estudo demonstra como as estratégias de competição e de colaboração existentes nas associações de produtores rurais influenciam os resultados individuais e coletivos obtidos pelos produtores participantes.
Ações coletivas no agronegócio: Uma análise do estado da arte a partir dos congressos da sober (2004-2013)	Schmidt et al. (2018)	Produção científica; Ações coletivas; Sistemas agroindustriais; Sober.	O objetivo do estudo é compreender o estado da arte em ações coletivas no agronegócio, por meio da análise dos congressos da Sober, no período de 2004 a 2013	Os principais resultados apontam que a referida área vem se solidificando, pois, um número significativo de artigos analisados versa sobre ações coletivas no contexto agroindustrial.
Condições de viabilidade da implantação de uma unidade de armazenamento de grãos em uma propriedade rural no município de Redentora-RS	Ottonelli, Diego (2011)	projeto, armazenamento, produção, maximizar.	Realizar um estudo de viabilidade técnica e econômica da implementação de uma unidade de armazenamento de grãos em uma propriedade rural	O estudo prova que, armazenar a produção na propriedade pode ser altamente lucrativo para o investidor, pois o investidor pode barganhar melhores preços na entressafra, pode vender subprodutos e também conseguir melhores preços de fretes, em época que os fretes não são tão concorridos
Caracterização e análise da viabilidade de condomínios de armazéns rurais: um estudo	Filippi, Amanda Cristina Gaban (2017)	Agronegócio; Logística de Distribuição; Armazenagem; Condomínios de Armazéns Rurais	Analisar as características, perspectivas e viabilidade para a estruturação de Condomínios de Armazéns Rurais de grão no Brasil	Verificou-se que os Condomínios de Armazéns Rurais são uma organização empreendedora, que apresenta diversas vantagens provenientes do sistema de armazenagem e do sistema

Multicasco				condomínial, com vistas principalmente à redução dos custos e aumento do lucro.
Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão	Olivo, Jorge C. (2000)	agricultura familiar, cooperação agrícola, desenvolvimento sustentável.	Analisar, com base no modelo de Desenvolvimento Sustentável, no contexto da cooperação agrícola, a propriedade condomínial Riograndense e propor um modelo de gestão para a formação de novas associações e para aperfeiçoamento das existentes, instituídas por agricultores familiares.	Os objetivos propostos foram atingidos. O no contexto da cooperação agrícola, a propriedade condomínial e propor um modelo de gestão para a formação de novas associações e para o aperfeiçoamento das existentes, instituídas por agricultores familiares, tenha sido alcançado.
Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio	Wenningkamp & Schmidt (2016)	Teorias da ação coletiva. Agronegócio. Teses e dissertações. Desenvolvimento local e regional.	objetivo deste estudo foi o de analisar os resultados teórico-empíricos de teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio, defendidas entre 1998 e 2012, à luz de teorias da ação coletiva.	Concluiu-se que os resultados encontrados nas teses e dissertações puderam ser relacionados às teorias da ação coletiva.
As ações coletivas sob a forma de cooperativas e a relevância na cadeia produtiva da soja no Paraná	Lediany Freitas de Campos, Sandra Mara Stocker Lago (2016)	Ações coletivas. Cooperativas agroindustriais. Cadeia produtiva da soja	discutir a influência das ações coletivas, com foco nas cooperativas, sobre a cadeia produtiva da soja paranaense	As ações coletivas desenvolvidas na forma de cooperativas têm tido forte influência sobre a cadeia produtiva da soja no Estado do Paraná, no sentido de serem responsáveis por uma parcela significativa da produção, processamento e distribuição da soja paranaense.
Políticas para arranjos produtivos locais no Brasil	Helena M. M. Lastres, Cristiane Garcez, Eduardo Kaplan, Walsey Magalhães e Cristina Lemos (2016)	Mapeamento, arranjos produtivos locais	Mapeamento e análise das políticas para arranjos produtivos locais no Brasil	A análise realizada evidenciou que, apesar dos avanços, as ações praticadas são, em grande maioria, baseadas em modelos de apoio ainda pontuais e que têm em seu cerne apenas a oferta dos instrumentos tradicionalmente utilizados pelos organismos, sem que haja um desenho articulado de suas estratégias, voltado para as necessidades e oportunidades do local e para o desenvolvimento sistêmico
Evolução da produção de grãos e armazenagem: perspectivas do	Filippi, Amanda Cristina Gaban; Morelli,	Agronegócio e desenvolvimento rural, gargalos logísticos, armazenamento de	a evolução e importância do Agronegócio da produção de grãos e do setor de armazenamento, com vistas às perspectivas atuais e	apesar da produção e comercialização de grãos ter grande importância para o país, o setor de armazenamento não acompanha o ritmo de crescimento da produção

agronegócio brasileiro para 2024/25	Felipe; Brisola, Marlon Vinícius; Guarnieri, Patrícia (2017)	grãos, perspectivas da armazenagem	futuras	de grãos, há uma distribuição desigual entre os locais que mais produzem grãos e entre os locais que mais apresentam espaço físico para armazenar os produtos agrícolas, os benefícios que a armazenagem proporciona deixam de ser usufruídos e menos de 15% dos armazéns se concentram nos locais de produção
-------------------------------------	--	------------------------------------	---------	--

Fonte: Essa pesquisa

Dessa seleção de publicações foi identificado que o estudo das ações coletivas está ligado ao armazenamento de produtos agrícolas ou da forma de colaboração para produção, compra e comercialização dos produtos. Também há estudos que identificam que o investimento na armazenagem dentro da propriedade do produtor gera lucros e outros benefícios (OTTONELLI, 2011; OLIVO, 200).

Essas publicações também levantaram o fato dos problemas existentes na armazenagem e como os grupos coletivos lidam com essas questões. Grande parte dos trabalhos acadêmicos eram referentes as cooperativas e associações, em questão dos outros grupos coletivos não houve muitas informações no agronegócio.

Dentre os objetivos dos trabalhos acadêmicos os que se relacionam com esse trabalho são os que buscam compreender a influência das ações coletivas, analisar as características de determinada ação coletiva e viabilidade do modelo de condomínios de armazéns rurais.

As publicações também evidenciam que existe uma desigualdade entre a produção dos grãos e a capacidade de armazenamento, e assim apontam para novos modelos de ações coletivas que possam diminuir esse déficit (FILIPPI, 2017; CAMPOS e LAGOS, 2016; OTTONELLI, 2011, OLIVO, 2000).

4.2 Análise do Estudo de Caso

Nesse capítulo serão apresentados os dados extraídos da entrevista sendo confrontados com o referencial teórico e com documentos que corroboram as informações passadas pelos entrevistados A, B e C. Para isso, as seções foram separadas aqui em cinco categorias, cada categoria busca de maneira direta ou

indireta entender o relacionamento da EMATER com as organizações rurais, pois a empresa está em contato direto com os produtores rurais e conhecem bem a maneira que eles se organizam. Podendo assim ajudar a responder aos objetivos deste trabalho.

A primeira seção busca entender como as ações coletivas se organizam, essas ações coletivas são chamadas nesse roteiro de organizações rurais. A segunda seção averigua como é a relação da EMATER e das organizações rurais. A terceira e quarta seção não estão dentro do escopo de atividade de EMATER, porém os processos são conhecidos e assim, o bloco de perguntas foi mantido. A última seção é para entender como as organizações são vistas pela EMATER, o seu modelo atual e se há possíveis desenvolvimentos de modelo de ações coletivas.

Em conformidade com o estudo realizado por Wenningkamp e Schmidt (2016) acerca das teorias da ação coletiva no campo do agronegócio e o que os entrevistados A B e C informaram foi que muitas vezes, os produtores rurais visam os objetivos a curto prazo, como participar de um programa do governo por exemplo. Pois os atores envolvidos também precisam de ganhos individuais para se envolverem em uma ação coletiva (OSTROM, 2007). Portanto, há alguns fatores que podem ou não influenciar na consolidação de ações coletivas, fatores como comunicação, liderança, confiança (WENNINGKAMP E SCHMIDT, 2016b), esses fatores também foram citados pelos entrevistados B e C, muitas vezes, os produtores rurais precisam de um vínculo para poder estar dentro de uma ação coletiva.

De acordo com Ostrom (2007) há maior possibilidade de os indivíduos participarem de uma ação coletiva se os mesmos souberem com quais indivíduos estarão em conjunto. Porém, esse fator não é o que motiva um indivíduo a entrar e sair de uma ação coletiva, principalmente de uma associação que é mais fácil entrar e sair do que outros tipos de ação coletiva. Ambos entrevistados B e C apontaram o fato de que a rotatividade dos pequenos produtores dentro das associações era muito grande, pois de acordo com o entrevistado B, os pequenos produtores entram em uma associação para participar de determinado programa do governo, depois que é finalizado o serviço, alguns produtores saem dessas associações e entram em outra. É uma migração que afeta a maneira como as associações trabalham, pois, os associados estão em busca apenas do interesse individual de forma coletiva.

4.2.1 Categoria 1: Como as ações coletivas se organizam

O objetivo dessa seção foi entender um pouco dos produtores para poder averiguar como é sua atuação quando unem esforços para atingir objetivos comuns (WENNINGKAMP E SCHMIDT, 2016a). Assim, as perguntas e núcleo de sentido estão expostos no seguinte quadro:

PERGUNTAS	NÚCLEO DE SENTIDO
A) Quantas organizações rurais estão aos cuidados da atuação da EMATER?	Atuação da EMATER / Ações Coletivas
B) Qual é o papel da EMATER com as organizações rurais? Como ela atua?	Atuação da EMATER
C) As organizações rurais que estão sob a atuação da EMATER têm contato com as organizações das outras unidades da EMATER (DF e Entorno de Goiás)	Ações Coletivas/ Atuação da EMATER
D) Como é a forma de gestão das organizações rurais?	Ações Coletivas/ Gestão
E) As pessoas que trabalham nas organizações rurais são todos produtores ou há alguém contratado para auxiliar nas atividades (além da EMATER)?	Ações Coletivas/ Perfil
F) A Cooperativa Brasil Cerrado ou a Cooperativa Cootaquara ainda mantém contato as atividades com apoio da EMATER?	Atuação da EMATER/ Ações Coletivas
G) As Cooperativas citadas têm alguma semelhança com as atuais organizações rurais em que a EMATER atua? Se sim, quais?	Ações Coletivas/ Perfil

A primeira pergunta procurava saber exatamente quantas organizações a EMATER tinha contato e auxiliava. O entrevistado A, B e C explicaram que cada região fica a cargo de um escritório local, então cada escritório local tem seu cadastramento na sua área de atuação, e no site da EMATER foi feito um levantamento, de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural, os relatórios-diagnostico de cada escritório apresenta um quantitativo de unidades locais da EMATER-DF, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Unidades locais

ESCRITÓRIO	QUANTIDADE DE UNIDADES LOCAIS
ENTORNO DE GOIÁS	441
DISTRITO FEDERAL	1.791

Fonte: Emater (2011)

De acordo com o entrevistado “A”, a EMATER tem o papel de auxiliar os produtores rurais com dúvidas, promover treinamentos e cursos, mas principalmente

tem que se adequar as necessidades daquela unidade local, fazer um levantamento das demandas e da realidade para assim adequar o que está no plano estratégico para essas unidades. E segundo o entrevistado C, a função da EMATER é orientar tecnicamente os produtores de maneira geral. Quem é cooperado e quem não é. Sendo que a maior parte do público é de pequenos e médios produtores.

Essa seção também procura saber se as comunidades externas se comunicam, mas segundo os entrevistados, essas unidades não se encontram, mas muitos produtores rurais se conhecem e tem uma relação, pois comercializam ou fazem parte de uma mesma associação. Porém, suas atividades não são interligadas dado que a realidade de cada unidade difere de outra.

E também para entender como eles organizam, pois são ações tomadas coletivamente por diferentes indivíduos que tem o mesmo objetivo e se juntam para alcança-lo de maneira eficiente. E como eles vivem em uma comunidade, grande parte das decisões precisam ser tomadas de acordo com a maioria. Segundo o entrevistado C, as organizações rurais se organizam na comunidade e mantem reuniões para tomar decisões, porém, algumas vezes é necessário participação mais ativa dos técnicos responsáveis para auxiliar algumas decisões, o entrevistado comentou por exemplo que a questão da crise hídrica não era um problema só da cidade. O terceiro escritório entrevistado tem uma capacidade de irrigação maior do que a disponibilidade da água e após a plantação estar feita não tem o que fazer, tem que irrigar. Por isso, é necessária uma intervenção planejada para que não ocorra disputadas dentro da organização e cause mal-estar aos envolvidos. Assim, as reuniões são feitas para planejar e evitar prejuízo futuro, porém o entrevistado comentou que sempre existe conflito, dentro e fora das organizações rurais, afinal isso é do ser humano. Conforme levantamento feito no documento da Expedição de Safra (SEAGRI; EMATER; CEASA; EMBRAPA, 2016), a maioria dos produtores participam de eventos e reuniões sobre o uso racional da água e buscam informações sobre o assunto.

A outra pergunta busca saber se essas unidades locais funcionam apenas com a assistência da EMATER, mas segundo os entrevistados, muitos outros órgãos do governo promovem ações dentro das comunidades, que também são chamadas de unidades produtivas. De acordo com o entrevistado C “há muitos outros agentes que trabalham com as comunidades, como a Secretaria de Agricultura, a Embrapa e esses outros órgãos que são ligados a agricultura”.

Os objetivos das outras perguntas era para compreender como as associações se transformaram em cooperativas e como é a relação delas com a EMATER. O entrevistado A e C explicaram que o órgão trabalha com associações e também ajudam a essas associações a se desenvolverem em cooperativas. O entrevistado A diz que é um processo longo fazer com que as associações sejam um agente desenvolvido. E o entrevistado C expõe que faz dois anos que eles criaram uma cooperativa e que há muita dificuldade em mantê-la “viva”, visto que a quantidade de associados estava diminuindo, e que o começo de uma cooperativa é bem difícil. A diferença das associações para as cooperativas é o número mínimo para constituição e a comercialização (MAPA, 2018).

Assim entende-se que a EMATER auxilia os pequenos e médio produtores rurais, independente da ação coletiva que os indivíduos participam. Cada área de atuação do órgão gerencia uma área específica e os indivíduos nessa área foram normalmente algum tipo de ação coletiva, geralmente uma associação ou cooperativa. Como cada escritório fica responsável por determinada área é difícil falar um número fechado de quantas ações coletivas há no total, segundo o entrevistado A “cada área de atuação fica responsável por uma região e das demandas dessa comunidade”. Porém, de acordo com dados da EMATER (2011), o número de unidades produtivas é de cerca de duas mil unidades.

4.2.2 Categoria 2: Relação com as organizações rurais

A segunda seção de perguntas tem por objetivo entender como é a relação dentro da comunidade e o interesse da mesma em atividades propostas.

Perguntas	Núcleo de Sentido
A) Como são divididas as atividades dentro da EMATER?	Ações Coletivas/ Atuação da EMATER
B) Quantos produtores/famílias estão aos cuidados da EMATER?	Ações Coletivas/ Atuação da EMATER
C) Os produtores vivem próximos ao local de plantio?	Ações Coletivas/ Gestão/ Logística
D) A comunidade mostra interesse nas atividades (cursos, treinamentos, reuniões, eventos, etc..) propostas pela EMATER?	Ações Coletivas/ Gestão
E) A EMATER incentiva alguma pratica associativistas entre os produtores rurais? Comente.	Ações Coletivas/ Atuação da EMATER

Para as perguntas “a” e “d”, o entrevistado C explicou que “não é assim que a gente trabalha, é justamente ao contrário. Nós temos que trabalhar justamente com os anseios da comunidade. Então a gente tem uma programação anual que a gente tira da própria comunidade, o que a gente precisa desenvolver. A gente não pode trabalhar direcionando nada. Porque a atividade econômica é um fator de risco. A decisão de fazer é do dono, você pode dar elementos para ele basear a decisão dele, mas o que fazer, isso aí tem que ser uma coisa individual. Então você faz uma reunião e tira os pontos principais, daí você começa a trabalhar em cima do que foi demandado.” E ainda de acordo com o entrevistado, a questão da participação ativa da comunidade varia muito de comunidade para comunidade.

A pergunta “b” também é difícil resposta, porque cada escritório tem uma área de atuação. Visto que os produtores rurais não estão totalmente em algum modelo de ação coletiva, esses produtores rurais também estão sob atuação da empresa e não estão ligados há uma cooperativa ou associação.

De acordo com o entrevistado, os produtores normalmente moram a poucos km das plantações. Segundo os entrevistados A e C “muitos produtores não têm a agricultura como atividade principal”.

Muitos produtores rurais participam ativamente das reuniões e eventos e assim as demandas da comunidade são passadas para a área de atuação que busca atender essas necessidades de acordo com o planejamento da sede. Também é importante ressaltar que a empresa incentiva uma ação coletiva aos membros das comunidades e que às vezes, muitas associações se tornam cooperativas no futuro, porque é um desenvolvimento importante para os produtores.

4.2.3 Categoria 3: Conhecimento do tratamento dos produtos agrícolas

O objetivo dessa seção de perguntas é entender como funciona o processo da produção nas organizações rurais. Mesmo que isso não esteja no escopo de atividades da EMATER, o entrevistado tinha conhecimento por trabalhar perto dos produtores e por seu tempo de serviço no órgão. Assim essa categoria e a quarta também foram mantidas.

Perguntas	Núcleo de Sentido
A) A EMATER acompanha o processo de produção até a saída do produto das organizações rurais?	Ações Coletivas/ Logística
B) Quais são os produtos do DF e entorno de Goiás que os produtores geram dentro das organizações rurais?	Produção/ Logística
C) Existe alguma padronização nos produtos? Como é feita?	Produção/ Logística

Com relação a primeira pergunta, o entrevistado C explicou que esse acompanhamento é feito pela própria cooperativa.

Os entrevistados comentaram que no Distrito Federal a produção era mais focada nos FLV (frutas, legumes e verduras), enquanto a área do entorno de Goiás era mais focada na produção de grãos, que está relacionada a essa pesquisa. E conforme citado nesse trabalho, uma armazenagem inadequada dos produtos gera fatores que contribuem para a diminuição da qualidade, perda de competitividade, problemas de escoamento da produção, assim como problemas no transporte e armazenagem (GABAN; GUARNIERI, 2015). O déficit na armazenagem também é considerado um dos gargalos da logística e quando a atividade de armazenagem é eficaz e eficiente gera benefícios, principalmente a longo prazo (GABAN et al.; 2015).

De acordo com o entrevistado C, existe uma padronização dos grãos, pois é um fator importante para armazenagem. Os grãos têm que estar com uma boa umidade para serem armazenados. Conforme relatado no referencial teórico, em conformidade com bases da ABAG (2015), o produtor muitas vezes realiza as colheitas de grãos com a umidade não adequada, pois o mesmo não tem uma armazenagem apropriada para a secagem na propriedade, assim, logo que os grãos são colhidos eles são transportados, por não ter um local adequado para ficar.

O entrevistado C ainda expôs uma questão referente ao tratamento dos grãos. O mesmo mencionou um pouco dos processos até a armazenagem, que pode ser visto na figura 6.

Figura 6 – Processo pós-colheita



Fonte: Elaborado pela autora

Segundo com as informações, normalmente há uma diferença entre produtos de acordo com a localização, de acordo com o entrevistado B “as áreas no Distrito Federal geralmente são as que trabalham com hortaliças e as áreas do entorno de Goiás são as que trabalham com a produção de grãos”. Quando a um acompanhamento do processo não é uma função da EMATER, mas a mesma auxilia em questões que possam ocorrer durante esse processo. Para ambos os produtos há um processo e uma “padronização”. Se tratando dos grãos, os mesmos têm que estar com uma boa umidade antes de serem armazenados, já para as hortaliças que são mais perecíveis, as mesmas não podem ser armazenadas em qualquer armazém e não deve ter produtos estragados e coisas do gênero.

4.2.4 Categoria 4: Armazenamento

O objetivo dessa categoria é compreender como os produtores rurais lidam com a questão da armazenagem, dado que a maioria não tem uma estrutura física para isso e assim utiliza o armazenamento da cooperativa ou de outro agente externo.

Perguntas	Núcleo de Sentido
A) Após a colheita o que é feito com os produtos?	Produção/ Logística
B) São armazenados em algum local, em uma organização rural ou distribuído/entregue por algum agente externo?	Armazenamento/Logística/ Ações Coletivas
C) Se são armazenados em alguma organização como funciona esse armazenamento?	Armazenamento
D) Há alguma ação com outros órgãos ao que se refere ao armazenamento dos produtos de organizações rurais?	Armazenamento/ Gestão/ Ações Coletivas
E) Existe algum silo ou outros tipos de depósito para guardar os produtos agrícolas?	Armazenamento/ Gestão
F) Há algum pensamento na criação de armazém conjunto entre produtores?	Logística/ Armazenamento

A finalidade da primeira pergunta é saber se os produtores apenas vendem os produtos após a colheita ou se eles armazenam para vender depois e/ou se até mesmo faz uso da sua produção. De acordo com o entrevistado C, é misto e depende muito do mercado, quem está mais “arrochado” com a questão bancária, colhe e vende, não espera. Há produtores que plantam sementes por contrato antecipado com a detentora da patente, nesses casos, colhe e o transporte dessa empresa busca as sementes.

Três das perguntas dessa seção tem o intuito de saber quais as opções de armazenamento estão disponíveis as organizações rurais. Segundo o entrevistado C, quando o armazenamento é da cooperativa, é inevitável que após a colheita todo mundo chegue com o caminhão para armazenar, daí é necessário entrar na fila e fazer as análises necessárias. Já quando é armazenado na propriedade do produtor, o mesmo tem uma liberdade maior de tratar os seus grãos. Se for analisar o uso da armazenagem própria para a safrinha de milho, pouco mais da metade dos produtores fazem uso de armazém próprio. Vale lembrar que muitas propriedades ainda não possuem estrutura física própria e que para um produtor que trabalha com um volume pequeno, decerto seja um alto investimento (SEAGRI; EMATER; CEASA; EMBRAPA; 2016, p. 190). Já na produção de soja, a maioria dos produtores não utiliza um armazém próprio. De acordo com o documento da Expedição de Safra (SEAGRI; EMATER; CEASA; EMBRAPA; 2016), muitos produtores que utilizam uma armazenagem própria, utilizam provavelmente os silos “bolsas”, que são como se fossem um depósito feito com material lonado para estocar os grãos temporariamente.

A quarta pergunta tem o intuito de entender como funciona as questões governamentais quanto ao incentivo de armazenagem própria ou coletiva para os produtores. Para essa questão o entrevistado C expôs que mais ou menos no período entre 2007 – 2010 houve programas para financiamentos de armazéns com um longo prazo de pagamento, porém há um problema grande quando se trata da garantia, dado que a muitas das terras não são dos produtores, mas sim do estado. Atualmente tem as principais linhas de crédito, que são o PSI (Programa de Sustentação do Investimento Rural), FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural), Finame (Financiamento à Comercialização de Máquinas e Equipamentos), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e FCO (Financiamento do Centro-Oeste).

De acordo com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP (2018), na década de 70 devido a promoção de desenvolvimento produtivo rural em áreas não exploradas, o governo realizou diversos programas e ações para atrair produtores para essas áreas. E com o Decreto Distrital nº 19.248 para concessão de uso com prazo de 50 anos, todavia tal decreto foi considerado ilegal. Assim, em 2009 houve a Lei 12.024 que busca regularizar essas áreas. Atualmente há em média 1022 áreas regularizadas (Terracap, 2018) no Distrito Federal e entorno do Goiás.

Questão que leva a última pergunta dessa categoria sobre a criação de armazém conjunto. Conforme o entrevistado C, esse ponto relativo a regularização fundiária é importante para os produtores, visto que há uma dificuldade de conseguir empréstimos e investimos por parte do banco e também há incerteza em fazer um investimento como um armazém em uma propriedade que o governo pode tomar em algum momento. Segundo o documento de Expedição da Safra (2016, p. 277) “grande parte das terras é pública e, dessa forma, seus usuários não são donos da terra, mas as utilizam por meio de arrendamento ou concessão”.

De acordo com o Art. 1º do Capítulo I do Decreto nº 59.566 de 14 de novembro de 1966 da Presidência da República, o arrendamento de terra é definido por:

O arrendamento e a parceria são contratos agrários que a lei reconhece, para o fim de posse ou uso temporário da terra, entre o proprietário, quem detenha a posse ou tenha a livre administração de um imóvel rural, e aquele

que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista.

E o contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra por determinado período (INCRA, 2016).

Portanto, o processo pós colheita para o modelo de ação coletiva como a cooperativa é que após a colheita, o produto é levado de caminhão até a cooperativa e lá os produtos passam para uma avaliação antes de ser armazenados, sendo que os cooperados tem que aguardar em uma fila para terem seus produtos armazenados e pode acontecer de algumas vezes o armazenamento da cooperativa não ser suficiente dependendo do tamanho da mesma, porque anualmente há a safra e a safrinha, com pouco tempo de uma para outra, sendo assim, o armazenamento da cooperativa ainda pode estar em certa porcentagem da primeira safra quando a segunda safra está indo para o armazenamento.

Se o produto for armazenado, ele pode ir para a contratada, caso tenha sido feito algum contrato ou pode ser comercializado de alguma outra maneira, mas caso o produtor não possa comercializar seus grãos devido a qualidade, os mesmos são colocados em um caminhão e transportados de volta a fazenda. Grande parte dos produtores rurais utilizam do armazenamento da cooperativa e uma outra parte utiliza armazém próprio, porém a capacidade é muito baixa. Entretanto, há um caso citado pelo entrevistado que existe dois produtores de uma mesma família que compartilham o armazém na região do entorno de Goiás.

4.2.5 Categoria 5: O atual modelo das organizações rurais

Essa última seção, tem o objetivo de compreender como as ações coletivas são caracterizadas pela EMATER, o conhecimento acerca de um novo modelo e as vantagens e desvantagens do modelo atual, dado que cada tipo de ação coletiva tem suas vantagens e desvantagens, e é importante que se se aprecie as diferenças e que conheça cada uma para criar uma estratégia adequada de acordo com o ambiente.

Perguntas	Núcleo de Sentido
A) A EMATER caracteriza as organizações rurais em algum modelo (associação, cooperativa, condomínio, sindicato, aliança, APL, etc...)	Ações Coletivas/ Gestão
B) Quais as vantagens/desvantagens do modelo atual de organização rural?	Ações Coletivas
C) Como são as ações coletivas dentro da organização rural?	Ações Coletivas/ Gestão
D) Vocês já ouviram falar sobre Condomínios Rurais? Comente.	Ações Coletivas/ Logística

Para as perguntas iniciais os entrevistados responderam que o modelo atual das organizações é de associação ou cooperativa. Sendo que de acordo com o entrevistado B “as vantagens para associação é que os pequenos produtores têm possibilidade de estar participando de programas governamentais, as taxas são mais baixas que das cooperativas, é fácil de entrar e sair”, porém uma desvantagem é os associados não são donos, os patrimônios são da associação e os eventuais ganhos também não para os associados. Já quando se fala do modelo das cooperativas, o entrevistado C expõe que “as vantagens são principalmente que os ganhos vão para os cooperados e as sobras é de decisão de acordo com a assembleia”. Ainda de acordo com o mesmo, isso varia de cooperativa para cooperativa, pois dependendo do valor, é mais viável que o dinheiro seja investido na cooperativa. E como desvantagem, para os cooperados as taxas às vezes podem ser altas. Sendo que o produtor também não é “dono” dos investimentos realizados.

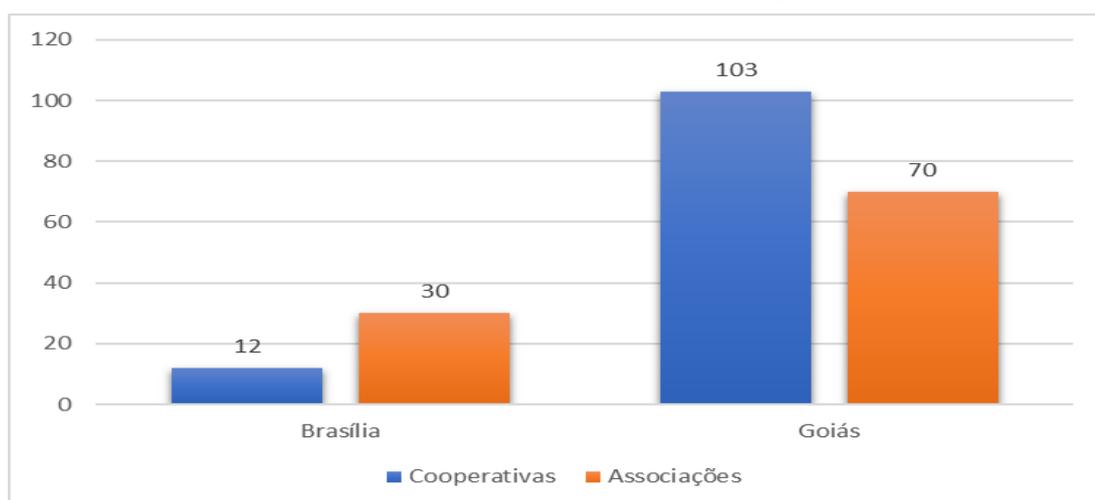
Para responder a terceira pergunta é importante considerar a categoria analisada por Wenningkamp e Schmidt (2016), o tamanho do grupo que constitui a ação coletiva. Pois “um maior número de atores envolvidos aumenta a complexidade e a dificuldade da construção do sentido coletivo e do senso de interdependência ou cooperação do grupo” (WENNINGKAMP e SCHMIDT, 2016; p.335), isso está de acordo com informações do entrevistado C, o mesmo também disse, que por causa do perfil dos produtores rurais, era bastante incentivado a esses produtores participar de ações coletivas do tipo de associações.

Uma informação importante passada pelos entrevistados foi de considerar o perfil dos produtores. Sendo condizente com o que foi exposto no referencial teórico, foi identificado algumas diferenças teóricas para com a realidade do ambiente estudado. O entrevistado A citou que os produtores da região de Brasília são em maioria mais associativistas, sendo que a maioria é composta por pequenos e médios produtores rurais que comercializam para órgãos governamentais. Segundo

o entrevistado “1/5 das ações coletivas são de cooperativas e o restante é de associações”. E de acordo com o entrevistado B, por mais que a maioria seja associações, muitos produtores não possuem um perfil associativistas. Conforme citado pelo entrevistado B, os pequenos e médios produtores se unem a uma associação para poder participar de programas do governo como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PPA (Programa de Aquisição de Alimentos) e para participar desses programas o produtor deve ter uma DAP⁴(Declaração de Aptidão ao Pronaf). Mesmo aqueles que estão em associações, cooperativas e outras ações coletivas que comercializem, para essas figuras jurídicas a maioria dos associados deve ter uma DAP cadastrada. De acordo com os dados do MDA (2018), há mais de 9.934,09 pessoas físicas com DAP cadastradas e 215 pessoas jurídicas com DAP cadastradas em Brasília, Goiás e entorno.

No gráfico 9 é possível visualizar o nível de associações e cooperativas cadastradas em Brasília e Goiás. Analisando o gráfico, as informações dadas pelos entrevistados A e C são corroboradas, o entrevistado expôs que a quantidade de associações no Distrito Federal era maior que a cooperativas, e o entrevistado C expôs que o número de cooperativas no entorno e Goiás eram maiores que de associações.

Gráfico 9 - Quantidade de Cooperativas e Associações



Fonte: Elaborado pela autora (Dados MDA 2018)

⁴ DAP: É um documento de identificação da agricultura familiar que permite acesso as linhas de crédito do PRONAF e as políticas públicas do governo federal. É um documento emitido gratuitamente pelos escritórios da EMATER. (MDA, 2018)

A empresa incentiva o modelo de associação para os produtores rurais, sendo que foi exposto que esse modelo tem uma vantagem para os pequenos produtores devido as taxas e forma de organização, porém uma desvantagem é o tipo de comercialização feita. Quando os produtores desejam comercializar no sentido de mercado a associação não tem propriedades para tal atividade, sendo que suas atividades são voltadas para compras governamentais e outras ações assistencialistas. Quanto ao conhecimento dos condomínios de armazéns rurais foi difícil identificar esse tipo informação, mas dois dos entrevistados não tinham conhecimento do modelo e um dos entrevistados tinha conhecimento acerca de outros condomínios, como os condomínios leiteiros e de suínos. O mesmo citou também sobre os condomínios de empregadores ⁵ que foi um modelo que estava sendo implementado há muito tempo atrás na região, porém após um acontecimento, se dissipou essa ideia.

De acordo com as informações dos entrevistados, foi elaborado o quadro resumo 3, com os principais resultados dessas categorias.

Quadro 3 – Resumo dos principais resultados

Categoria 1 – Como as ações coletivas se organizam	1 – Grande quantidade de associações e cooperativas;
Categoria 2 – Relação com as organizações rurais	1 – Incentivo de ação coletiva como associações; 2 – A comunidade é ativa em encaminhar a demanda para os técnicos da EMATER, para realizar melhorias nas atividades rurais;
Categoria 3 – Conhecimento do tratamento dos produtos agrícolas	1 – Produção FLV é mais concentrado o no Distrito Federal e a produção de grãos é mais concentrada no entorno de Goiás;
Categoria 4 – Armazenamento	1 – Armazenamento em sua maioria é feito pelas cooperativas; 2 – Os produtores não conseguem muitas vezes “segurar” os produtos para comercializar depois; 3 – Terra dos produtores rurais em grande parte é do Estado;
Categoria 5 – O atual modelo das organizações	1 – Modelo atual de ação coletiva é de associações e cooperativas; 2 – Pouco conhecimento referente ao modelo de condomínios rurais

Conforme os dados dos entrevistados e a análise da revisão sistemática de literatura, percebe-se que boa parte das publicações são referentes as cooperativas

⁵ Assassinato de auditores fiscais do trabalho

e associações, enquanto os modelos de ações coletivas como os *clusters*, APL, polos, alianças, sindicatos e condomínios de armazéns rurais ainda são pouco estudados em comparação com as associações e cooperativas. E de acordo com as entrevistas, a região de estudo deste trabalho também tem sua maioria as associações e cooperativas.

Há um grande incentivo para o modelo das associações para os pequenos produtores, porque esse modelo é melhor para grupos pequenos, pois quanto maior o grupo mais complexo se torna as suas relações interpessoais (OLSON, 1967; OLIVO, 2000; RIOS, 2007; ABAG, 2015), tanto que segundo informações obtidas na entrevista, os pequenos produtores são ativos em estar participando de reuniões, treinamentos e cursos, bem como levar as demandas para o escritório da EMATER.

Segundo as informações passadas pelos entrevistados “a produção de FLV é mais concentrada no Distrito Federal e a produção de grãos no entorno do Goiás”. Assim, percebe-se que os produtores próximos das cidades satélites têm uma tendência a se formam no modelo das associações, enquanto os produtores próximos ao entorno do Goiás têm uma tendência a se formarem no modelo das cooperativas.

5 CONCLUSÕES

5.1 Considerações Finais

O modelo de Condomínios de Armazéns Rurais é um modelo relativamente novo no Brasil, como visto previamente, na região Sul esse modelo já possui iniciativas e há uma consolidação forte por ser a região pioneira a implementar esse modelo (FILIPPI, 2017). Porém, no Distrito Federal e entorno de Goiás esse modelo é pouco conhecido. Por ser um modelo novo há escassez na literatura acerca dessa ação coletiva, principalmente no que diz respeito a literatura aplicada a região Centro-Oeste, sendo algo a se pensar visto que a produção agrícola tem crescido gradativamente e os outros modelos de ações coletivas existentes na região podem não estar mais se adequando à maneira como as pessoas se relacionam.

Infelizmente os gargalos logísticos na agricultura existem e eles devem ser estudados para poder serem tratados, e uma das maneiras de lidar com essas questões é verificar diretamente a nível produtor, se há armazéns próprios ou iniciativa próximos das produções. Vale ressaltar que um armazenamento próprio para os produtores pode ser um custo elevado para se ter sozinho, mas não é uma questão que deva ser vista como custo e sim como investimento, uma união entre produtores fazendo um investimento de estrutura física para um bem comum. Porém, vale lembrar que há uma questão de terras rurais que causa muita preocupação aos produtores, é complicado um grupo de produtores na região se unirem e criarem um condomínio de armazém rural ou algum investimento físico na terra quando as terras pertencem ao governo. Entretanto essa questão pode ser estudada e aprofundada.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar que tipo de ações coletivas caracterizam os condomínios de armazéns rurais no Distrito Federal e entorno de Goiás e para alcançar esse objetivo foram realizadas três entrevistas com organizações que estão em contato direto com os produtores rurais e que lidam com as diversas formas de ações coletivas existentes na região estudada. Também foi identificado neste trabalho que há poucos estudos acadêmicos referente a outros tipos de ações coletivas, como as redes, *clusters*, polos e alianças.

Com as entrevistas foi possível identificar que no Distrito Federal e entorno de Goiás, de acordo com essa pesquisa, não existem condomínios de armazéns rurais, mas há um caso atípico que já está começando a se organizar lentamente para esse modelo na região próxima ao PAD/DF. Também foi identificado durante as entrevistas que as ações coletivas que predominam no Distrito Federal e entorno de Goiás são as associações e as cooperativas. Dentro desse ambiente de associação foram identificadas algumas diferenças da literatura para o que realmente acontece na prática. Na prática as associações têm uma dificuldade para se manter devido a entrada e saída de associados para participar dos programas do governo. Do ponto de vista das ações coletivas, os interesses pessoais dos indivíduos envolvidos em uma associação eram maiores do que os interesses coletivos, sendo que muitos produtores rurais não têm um perfil associativistas.

Os objetivos específicos foram atingidos por meio da revisão sistemática de literatura acerca das ações coletivas no agronegócio, de acordo com os resultados, há uma escassez referente ao estudo das ações coletivas dentro da área do agronegócio, porém é um tópico crescente nas publicações dos últimos anos. Os outros dois objetivos específicos foram alcançados por meio da entrevista e análise documental. Com as entrevistas foi possível detectar que atualmente não há no Distrito Federal e entorno de Goiás o modelo de condomínios de armazéns rurais, bem como foi identificado que o modelo associativista é formado por associações e cooperativas em sua maioria e que o perfil dos produtores define basicamente que tipo de ação coletiva os mesmos estão formando. Durante a pesquisa foi identificado o perfil dos produtores rurais da região estudada, que colabora para fazer um estudo referente à viabilidade do estabelecimento de condomínios rurais. Também foi identificado um caso atípico que não é uma associação ou cooperativa, como similarmente ocorre, pois tem algumas características do modelo de condomínios de armazéns rurais, características tais como a união de dois indivíduos que utilizam de um armazém em conjunto para se beneficiarem.

Conclui-se que há muitos fatores que podem estar ligados a esse fato, como a questão das terras, pois esse fator cria um sentimento de indecisão ao produtor, visto que os investimentos nas terras precisam de documentação e muitos não o têm. O perfil dos produtores rurais da região ou até mesmo pelo conhecimento desse modelo, visto que é relativamente novo não há muito sobre o mesmo nas mídias ou outros veículos de comunicações voltados para essa área.

5.2 Limitações da Pesquisa

Por tratar de um tema relativamente novo, há escassez de literatura acadêmica sobre as ações coletivas definida por Condomínios de Armazéns Rurais. Ademais, não foi realizada uma revisão sistemática de literatura internacional.

A outra limitação é referente aos escritórios da empresa, como cada área de atuação fica em uma localidade, não houve uma identificação ou levantamento de cada área de atuação para saber como é o modelo de ação coletiva de cada área.

Também pode ter ocorrido uma limitação de informações de algum entrevistado quanto as informações que este possuía, mas não compartilhou durante a entrevista.

5.3 Sugestões para Estudos Futuros

No decorrer dessa pesquisa percebeu-se que há lacunas que podem ser desenvolvidas em trabalhos posteriores. Recomenda-se que para estudos futuros sejam feitas pesquisas diretamente com os produtores rurais, para assim analisar mais claramente o perfil destes e verificar a viabilidade dos condomínios de armazéns rurais como ações coletivas no Distrito Federal e entorno de Goiás.

Ademais, sugere-se que seja feito um estudo na EMATER e outros órgãos governamentais que trabalham com as ações coletivas no agronegócio do Distrito Federal e entorno de Goiás sobre o modelo dos condomínios de armazéns rurais, para que este possa ser consultado e dado como opção aos produtores de grãos rurais de pequeno e médio portes.

Há alguns pontos a serem explorados nesse trabalho e que podem servir de base para outros estudos, como o estudo do perfil dos produtores rurais do Distrito Federal e entorno e a viabilidade do modelo de armazéns rurais para essa região estudada.

5.4 Contribuições do Estudo

Por se tratar de um tema novo e, até então, com estudos escassos, essa pesquisa pode auxiliar a outras pesquisas na área, bem como pode servir como base para aplicação em outra região.

Espera-se que com os resultados da pesquisa dessa monografia sejam promovidos outros estudos sobre as ações coletivas em outras regiões e que tenham pesquisas voltados diretamente aos produtores acerca desse tema. Também se espera que com as informações de armazenagem expostas nesse trabalho, hajam mais estudos e sugestões que possam gradativamente lidar com os gargalos a nível produtor, para que os mesmos sejam capazes de se unir com base em ações coletivas e possam armazenar seus produtos para depois com um preço adequado competir no mercado.

REFERÊNCIAS

Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal. **ÁREAS REGULARIZADAS**. Disponível em: < <http://www2.terra.gov.br/sistemasInternet/RURAL/#step-8>>. Acesso em: 04 de mai. 2018

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO. Comitê de Logística. **Logística e Competitividade no Agronegócio Brasileiro**. São Paulo, 2015, 260 p.

BALLOU, R. **Logística Empresarial**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

BALLOU, R. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 6ª ed. São Paulo: Person, 1977.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. SEAGRI; EMATER; CEASA; EMPRAPA. **Expedição Safra Brasília: Soja, milho safrinha, culturas irrigadas: diagnóstico e prospecção de demandas para pesquisa, extensão rural e política pública**. Brasília, 2016. 353 p.

BRASIL. Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903. **Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas**. Presidência da República, Brasília, DF. Seção 1, Art. 12, 2º §.

BRASIL. Decreto nº 3.993, de 30 de outubro de 2011. **Institui o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar, e dá outras providências**. Presidência da República, Brasília, DF. Art. 2, 1º §.

BRASIL. Decreto nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Presidência da República, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966. **Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.** Presidência da República, Brasília, DF. Art. 1.

BRASIL. CEPEA; CNA BRASIL. **PIB do Agronegócio Brasil.** São Paulo, 2018. 18 p.

BATALHA, M. **Gestão Agroindustrial.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOWERSOX, DONALD J.; CLOSS, DAVID J. **Logística Empresarial.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro.** Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> >. Acesso em 28 de mai. 2018.

Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais – CASEMG. **Armazenagem.** Disponível em: < <http://www.casemg.gov.br/index.php/servicos/texte/> > . Acesso em: 28 de mai. 2016.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Armazém.** Disponível em: < <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/index.php/armazem/armazem-dashboard> >. Acesso em: 05 jun. 2018

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série Histórica de Produção.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/safra/consolidado19902017.xls>>. Acesso em 17 de mar. 2018.

Council of Supply Chain and Management Professionals. **Supply Chain Management Definitions and Glossary.** Council of Supply Chain Management Professionals. Disponível em: < <https://cscmp.org/> >. Acesso em: 10 fev. 2018

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura de precisão**. Disponível em: < http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_72_711200516719.html>. Acesso em: 26 de jul. 2018.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural**. Disponível em: < <http://www.emater.df.gov.br/>>. Acesso em 09 de mai. 2018.

FILIPPI, A.C.G. **Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais**: um estudo Multicaso. 2017, 204 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FILIPPI, A; GUARNIERI, P; FARIAS, J. Logística Agroindustrial: Uma Revisão Sistemática nos Anais de Congresso da Sober. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Paraná, v. 10, n. 4, p. 1077 – 1112, out/dez 2017.

GABAN, A; GUARNIERI, P. **Identificação de Gargalos na Logística Agroindustrial: Revisão Sistemática da Literatura**. In: SOBER, 53, 2015, João Pessoa.

GABAN, A; MORELLI, F; BRISOLA, M; GUARNIERI, P. Evolução da Produção de Grãos e Armazenagem: Perspectivas do Agronegócio Brasileiro para 2024/25. **IGepec**, Paraná, v. 21, n. 1, p. 28 – 47, jan/jun 2017.

GALLARDO, A.P; STUPELLO, B; GOLDBERG, D.J; CARDOSO, J; PINTO, M. **Avaliação da capacidade da infra-estrutura de armazenagem para os granéis agrícolas produzidos no Centro-Oeste brasileiro**. Universidade de São Paulo - Centro de Estudos em Gestão Naval. São Paulo, 2008.

GARRIDO, Loraine; SEHNEM, Simone. Gestão Associativa no Empreendimento Rural. **Revista de Administração**, Santa Catarina, v.5, n.8, jun.2006.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SULZBACH, N. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Ação do Estado contribui para sustentabilidade de condomínios leiteiros**. Disponível em: <

<https://estado.rs.gov.br/acao-do-estado-contribui-para-sustentabilidade-de-condominios-leiteiros>>. Acesso em: 25 maio. 2018

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é o georreferenciamento**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/o-que-e-georreferenciamento> >. Acesso em 24 de jun. 2018.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Georreferenciamento e certificação de imóveis acima de 100 ha passam a ser obrigatórios**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/o-que-e-georreferenciamento> >. Acesso em 11 de jul. 2018.

Instituto de Economia Agrícola. **Análise dos Indicadores do Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/artigosai2.php?codTipo=2> >. Acesso em: 04 de jul. 2018.

KOBAYASHI, Shun'ichi. **Renovação da logística: como definir estratégias de distribuição física global**. São Paulo: Atlas, 2000.

KUNZLER, M; BULGACOV, S. As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 363 – 369, set/out 2011.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo>>. Acesso em: 18 de mai. 2018.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Arranjos Produtivos Locais - APL**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais>>. Acesso em: 13 mar. 2018

NOVAES, A. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RYAN, F.; COUGHLAN, M.; CRONIN, P. Step by Step guide to critiquing research. **Br. J. Nurs.** Londres, v.16, n.12, 2007.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. V. 11, n. 1. São Carlos-SP: **Revista Brasileira de Fisioterapia**, p. 83-89, 2007.

SCHMIDT, C; TOMIO, M; WENNINGKAMP, K; TOMÉ, L; CIELO, I. Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise do estado da arte a partir congressos da Sober (2004-2013). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Paraná, v. 11, n. 1, p. 31 – 52, jan/mar 2018.

SELLTIZ, C; WRIGHTSMAN, LS, COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU; 1976. Volume 1. Delineamentos de pesquisa.

SILVA, EDNA; MENEZES, E. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Florianópolis – Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

OLIVO, C.J. **Sustentabilidade de Condomínios Rurais Formados por Pequenos Agricultores Familiares: Análise e Proposta de Modelo de Gestão**. 2000, 269 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Florianópolis, Santa Catarina, 2000.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action**. 3ª Ed. Cambridge: Indiana University, 1990. 271 p.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The evolution of institutions for collective action**. 3ª Ed. Cambridge: Harvard University Press, 1965. 178 p.

OTTONELLI, D. **Condições De Viabilidade Da Implantação De Uma Unidade De Armazenamento De Grãos Em Uma Propriedade Rural No Município De Redentora-Rs**. 2011, 40 p. Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul, Ijuí, 2011.

WENNINGKAMP, K; SCHMIDT, C. Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 413 – 436, jul/set 2016.

WENNINGKAMP, K; SCHMIDT, C. Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012). **Desenvolvimento em Questão**. Editora: Unijui, Rio Grande do Sul, ano 14, n. 35, p. 307 – 343, jul/set 2016.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. 3ª Ed. v. 5. California: Sage, 2002. 116 p.

ZACARELLI, S; TELLES, R; SIQUEIRA, J; BOAVENTURA, J; DONAIRE, D. **Clusters e Redes de Negócios: Uma nova visão para a Gestão dos Negócios**. São Paulo: Atlas, 2008. 223 p.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 385 – 420, jul/set 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de Cooperativas: desafios e tendências. **PENSA – FEA - USP**, São Paulo, 2ª ed. 1994. 11 p.

ZYLBERSZTAJN, D; FARINA, E. **Dynamics of Network Governance: A Contribution to the Study of Complex Forms**. School of Economics and Business, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. 18 p.

APÊNDICE A



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração

Pesquisa sobre Condomínios de Armazéns Rurais

Roteiro de Pesquisa Semiestruturado

Discente: Vanessa Silva de Carvalho

Orientadora: Professora Amanda Cristina Gaban Filippi

Objetivo da Pesquisa: Analisar que tipos de ações coletivas caracterizam os condomínios de armazéns rurais no Distrito Federal e entorno de Goiás.

Objetivos Específicos:

- 1 – Realizar uma revisão sistemática acerca de ações coletivas no agronegócio;
- 2 – Identificar os condomínios de armazéns rurais existentes no Distrito Federal e Entorno de Goiás;
- 3 – Identificar dentre os tipos de ações coletivas apontadas por Wenningkamp e Schmidt (2016), que caracterizam os condomínios existentes nas regiões estudadas.

1 – Atuação do EMATER/DF

- a) Quantas organizações rurais estão aos cuidados de atuação do EMATER?
- b) Qual é o papel da EMATER com as Organizações Rurais? Como ela atua?

- c) As organizações rurais que estão sob a atuação do EMATER têm contato com as organizações das outras unidades do Emater (DF e Entorno de Goiás);
- d) Como é a forma de gestão das organizações rurais;
- e) As pessoas que trabalham nas organizações rurais são todos produtores próprios ou há alguém contratado para auxiliar nas atividades (além do Emater);
- f) A Cooperativa Brasil Cerrado ou a Cooperativa Cootaquara ainda mantém as atividades com apoio da Emater?
- g) As Cooperativas citadas têm alguma semelhança com as atuais Organizações Rurais em que o Emater-DF atua? Se sim, quais?

2 – Atividades da EMATER/DF

- a) Como são divididas as atividades dentro do EMATER/DF?
- b) Quantos produtores/famílias estão aos cuidados do EMATER/DF?
- c) Eles vivem próximos ao local de plantio?
- d) A comunidade mostra interesse nas atividades propostas pelo Emater (cursos, treinamentos, reuniões, eventos culturais, etc...)?
- e) O EMATER/DF incentiva alguma prática Associativistas entre os produtores rurais? Comente.

3 – Os produtos

- a) O EMATER/DF acompanha o processo de produção até a saída do produto das Organizações Rurais?
- b) Quais são os produtos do DF e entorno do Estado de Goiás que os produtores geram para as Organizações Rurais?
- c) Existe alguma padronização nos produtos? Como é feita?
- d) Como é a logística dos produtos das Organizações Rurais?

4 – Armazenamento e Pós-Colheita

- a) Após a colheita o que é feito com os produtos?
- b) São armazenados em algum local, em organização rural ou distribuído/entregue por algum agente externo?
- c) Se são armazenados em alguma organização como funciona esse armazenamento?

- d) Há alguma ação com outros órgãos ao que se refere ao armazenamento dos produtos de organizações rurais?
- e) Existe algum silo ou outro tipo de depósito para guardar os produtos agrícolas?
- f) Há algum pensamento na criação de armazém conjunto entre os produtores?

5 – Organizações Rurais

- a) O EMATER/DF caracteriza as Organizações Rurais em algum modelo (associação, cooperativa, condomínio, sindicato, aliança, parceria, etc...)
- b) Quais são as vantagens/desvantagens do modelo atual de organização rural?
- c) Como são as ações coletivas dentro da organização rural?
- d) Vocês já ouviram falar sobre Condomínios Rurais? Comente.